

Universidade de Brasília
Faculdade de Comunicação
Comunicação Social – Jornalismo
Projeto Final em Jornalismo
Orientador: Prof. Paulo José Cunha

Preciosa imprecisão: Crônica e futebol no Brasil

Guilherme Oliveira

Brasília, junho de 2011

Universidade de Brasília
Faculdade de Comunicação
Comunicação Social – Jornalismo
Projeto Final em Jornalismo
Orientador: Prof. Paulo José Cunha

Preciosa imprecisão: Crônica e futebol no Brasil

Guilherme Oliveira

Monografia apresentada ao Departamento de Jornalismo da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo, sob orientação do professor Paulo José Cunha

Brasília, junho de 2011

Agradecimentos

A realização deste trabalho não seria possível sem:

-Meus pais, Luiz Fernando e Valéria, meus modelos e inspirações, e meus irmãos, Vítor e Fernanda, que tanto me aturam e me apóiam;

-Minha namorada, Taynara, por ser minha companheira pelos caminhos universitários e rumo a novos desafios;

-O prof. Paulo José, pela orientação e interesse pelo projeto desde o início;

-Meus familiares, por sempre acreditarem em mim;

-A Universidade de Brasília e os amigos que lá fiz, pelas experiências proporcionadas e compartilhadas;

-O futebol, que me dá dias de jogo e outros, mais longos, de curiosidade, pesquisa e conhecimento.

Dedicatória

Para meu avô Guilherme,

cujo nome eu carrego com orgulho,

que nasceu no mesmo ano em que seu time do coração, o Vasco da Gama, começaria a mudar a história do futebol brasileiro,

que recentemente teve a alegria de ver o Vasco campeão novamente,

que é responsável por eu saber de cor a escalação do time do Vasco de 1929 mesmo sem ser vascaíno.

Resumo

O presente trabalho é uma tentativa de entender a fundação da crônica esportiva como gênero de opinião jornalística e sua subsequente influência sobre a imprensa esportiva e sobre o próprio esporte – mais especificamente o futebol, que é e sempre foi o principal assunto dos cronistas esportivos. A pesquisa abarca a história da crônica dentro do jornalismo brasileiro e a história do futebol no Brasil, e procura determinar em que exato momento de suas respectivas evoluções os dois elementos juntaram-se para dar origem ao estilo de texto conhecido como crônica esportiva. Uma vez detectado esse ponto de encontro, ou seja, o ponto em que primeiro surge a crônica esportiva brasileira como entidade jornalística própria, o trabalho busca avaliar como se deu a construção e crescimento do gênero e que importância ela teve para a prática da cobertura de futebol no país e também para o próprio futebol, visto que foram estas suas duas bases.

Palavras-chave: Crônica, futebol, opinião, jornalismo esportivo, história da imprensa

Abstract

This project attempts to understand the creation of sports chronicle as a journalistic opinion genre and its following influence over the sports press and sport itself - more specifically football, which is and has always been the main topic for sports columnists. The research comprehends the history of the chronicle in Brazilian journalism and the history of football in Brazil, and seeks to determine the exact moment of their respective trajectories when both elements joined to originate the textual style known as sports chronicle. Once identified this meeting point, namely, the point where Brazilian sports chronicle first appears as a proper journalistic entity, this project seeks to analyze the construction and growth of the genre and how important it was to the activity of football coverage in this country and also for football itself, since those were its foundations.

Keywords: Chronicle, football, opinion, sports journalism, history of the press

No futebol, o pior cego é aquele que só vê a bola

–Nelson Rodrigues

Sumário

Agradecimentos	i
Dedicatória	ii
Resumo/Abstract	iii
Justificativa	1
Objetivos	3
Introdução – Futebol é coisa séria	4
A Crônica.....	6
O Futebol.....	22
A Parceria.....	41
Conclusão – A preciosa imprecisão	57
Bibliografia.....	62

Justificativa

“O jornalismo esportivo é um ramo marginalizado da atividade jornalística”. Este é um argumento comum. E não está errado. As redações esportivas em geral não são vistas como redutos de um jornalismo dito “sério”. O formato irreverente de algumas publicações e programas e o fato de lidar com um assunto que é, afinal de contas, entretenimento pode levar a crer que o jornalismo esportivo é um campo menor, menos significativo.

“[N]ão é na editoria de esportes que se concentram os melhores salários das grandes redações, mas é para ela que seguem os focas, novatos que chegam sedentos de trabalho e de crescimento profissional”¹, escreve Paulo Vinícius Coelho, um dos expoentes do atual jornalismo esportivo no Brasil. A realidade é essa. Os jornalistas mais bem pagos não estão cobrindo, analisando ou comentando esportes. Ao mesmo tempo, os recém-chegados na profissão têm grande probabilidade de serem inicialmente destacados para as páginas esportivas. Tudo graças a esse entendimento de que os temas mais “importantes” não estão lá, além da distorcida noção de que todo mundo entende de esporte, então não há necessidade de conhecimento específico acumulado.

Sim, esse poderia ser o argumento para justificar este trabalho: colocar o jornalismo esportivo na ribalta, fazer algum tipo de justiça. Mas não será. O jornalismo esportivo não precisa disso. Ele já é muitíssimo popular. A imprensa especializada em esportes cria tendências e manias, gera discussões acaloradas nas ruas e nos fóruns de internet. Tem eco na sociedade. É consumida em larga escala. As transmissões esportivas sempre dão grande retorno em forma de dinheiro e índices de audiência, tanto na TV aberta quanto na TV a cabo. O rádio esportivo, que sempre foi praticamente uma instituição no Brasil, continua vivo e bem de saúde.

O jornalismo esportivo não precisa ser justificado ou defendido por um estudante de graduação. Ou por ninguém. É verdade que paga salários inferiores, e é verdade que se presta a laboratório para os focas. Mas sua importância como editoria já está consolidada. Sua influência frente ao público leitor/ouvinte/espectador é comprovada. Sua força é inegável. Não há qualquer

¹ COELHO, Paulo Vinicius. Jornalismo esportivo. São Paulo: Contexto, 2008, p. 27

necessidade de justificar um trabalho acadêmico em alguma suposta “falta de espaço” para o jornalismo esportivo. Esse espaço foi conquistado, e existe.

No entanto, o uso que se faz dele é uma outra discussão. O jornalismo esportivo é pouco pensado, pouco discutido. Os próprios jornalistas esportivos, quando se aventuram no mercado editorial, preferem escrever obras sobre os esportes em si, em detrimento de sua atividade. Abundam livros sobre a história do futebol. Faltam livros sobre a história da cobertura de futebol. Faltam também estudos acadêmicos que se debruçam sobre o tema. É nessa lacuna que este trabalho pretende se inserir.

A crônica esportiva foi por muito tempo a espinha dorsal do jornalismo esportivo, e o trabalho de seus principais nomes até hoje encontra repercussão dentro da própria profissão e entre admiradores em geral. Faz sentido, portanto, resgatar essa história. Procurar as motivações da crônica esportiva clássica – leia-se: aquela praticada até os anos 60, pois após isso a imprensa como um todo decidiu apostar em caminhos que privilegiariam as reportagens objetivas; mas isto será elaborado na parte de conteúdo do trabalho – é procurar também os elementos que moviam o jornalismo esportivo desde seu princípio e durante seus primeiros passos como uma seção independente dos jornais.

É preciso problematizar o jornalismo esportivo, confrontá-lo, perscrutá-lo. Ele não precisa de publicidade, precisa de visão crítica, interessada em fazer dele, cada vez mais, uma atividade profissional embasada em método. É o que pede o jornalismo de hoje. O jornalismo esportivo é um ramo reconhecido e importante. Só continuará marginalizado se quiser.

Objetivos

OBJETIVO GERAL

Estudar a relação entre crônica e futebol no Brasil e o nascimento e influência do estilo de opinião jornalística conhecido como crônica esportiva.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

-Resgatar a trajetória tanto da crônica quanto do futebol no Brasil, partindo dos primórdios e abordando seus principais marcos transformadores, e procurar traçar paralelos entre suas evoluções independentes.

-Detectar quando crônica e futebol se encontram para dar origem à crônica esportiva e entender o porquê dessa aproximação.

-A partir do momento de junção entre crônica e futebol, compreender até que nível cada um influenciou o desenvolvimento do outro e em que dimensão essa união foi importante para os dois.

-Identificar as principais características da crônica esportiva clássica e perceber o que, dentro dessas características, é responsabilidade da crônica e o que é responsabilidade do futebol.

Introdução – Futebol é coisa séria

Em abril deste ano, a Universidade de São Paulo (USP) inaugurou o Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Futebol e Modalidades Lúdicas (LUDENS), voltado para dar suporte a pesquisas e estudos acadêmicos sobre o esporte. A Universidade Federal do Paraná (UFPR) já possuía seu Núcleo de Estudos Futebol e Sociedade. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) tem, dentro de seu Grupo de Estudos em Cultura Popular e de Movimento (GECUPOM), uma frente exclusiva para o futebol. Na internet, projeto semelhante é o portal *Universidade do Futebol*², que, no modelo de universidade aberta, oferece cursos à distância e artigos e trabalhos avulsos sobre todas as áreas do conhecimento que se aplicam ao jogo bretão (educação física, medicina, história, sociologia, economia, direito, marketing, etc.). Essas iniciativas provam que o futebol não é apenas um escapismo popular. Futebol é coisa séria.

Carregado mundo afora pela expansão colonialista britânica e pela própria influência cultural da Inglaterra sobre tantos povos do planeta, o futebol chegou a todas as partes do mundo e, em cada uma delas, achou seu lugar, por pequeno e segregado que fosse. Hoje, são poucas as regiões do planeta em que o esporte dominante não é jogado com uma bola que se chuta. O jornalista inglês David Goldblatt é autor de um brilhante relato sobre a difusão e história do futebol intitulado *The ball is round: A global history of football*, e, nele, mata a charada:

“Mas não é extraordinário que, numa era caracterizada por uma inédita interconexão global, o fenômeno cultural mais universal do mundo seja o futebol? Não é digno de menção que, no momento em que homens das classes trabalhadoras urbanas tiveram um pouco de tempo e dinheiro em suas mãos, eles escolheram, em quase todos os lugares, jogar, assistir, organizar e acompanhar futebol?” (GOLDBLATT, 2006, p. xii, tradução nossa³)

Goldblatt defende que é impossível, conseqüentemente, dissociar o futebol da política, da economia e dos estudos sociais – mesmo que essa seja a postura

² <http://www.universidadedofutebol.com.br>

³ Original: “But is it not extraordinary that, in an epoch, characterized by unprecedented global interconnectedness, the most universal cultural phenomenon in the world is football? Is it not worthy of note that, the moment male urban working classes have had a bit of time and money on their hands, they have chosen, almost everywhere, to play, watch, organize and follow football?”

adotada pelo principal órgão do esporte, a FIFA, e, em geral, por pesquisadores e entusiastas tanto das ciências humanas quanto do futebol em si. Essa é, porém, uma premissa irresistível. O esporte foi tão bem acolhido em tantos lugares diferentes⁴ que se torna inevitável pensar nele não mais como apenas um jogo, uma diversão, mas como um assunto a ser profundamente investigado e dissecado e através do qual pode ser possível compreender facetas da própria sociedade humana.

No caso do Brasil isso é especialmente verdadeiro. O futebol instalou-se com muita desenvoltura em nosso país, como veremos adiante, e, talvez mais do que em qualquer outra cultura ou sociedade, veio a integrar a identidade nacional. Os altos e baixos do futebol brasileiro são também altos e baixos do Brasil como um todo. A memória coletiva do povo brasileiro é pontuada, com frequência, por acontecimentos futebolísticos, sejam decepções ou alegrias. Como filosofou Vinícius de Moraes referindo-se ao Rio de Janeiro (mas podendo estar falando do país inteiro):

“[A] formação da identidade passa, também, pela eleição de um time de futebol. O poeta, fiel à sua infância, escolhe o ‘Botafogo Futebol Clube’ [sic]⁵. Não frequenta os estádios. Não lê o noticiário. Não ouve as transmissões pelo rádio. Mas, se perguntarem seu time, afirma: ‘Botafogo’. Não se trata de uma paixão, mas de uma senha para a cidadania”⁶

É claro que, na maioria das vezes, trata-se, sim, de uma paixão. Milhões delas. Mas o que “o poeta” quis dizer foi que, no Brasil, a ligação pessoal com o futebol é uma característica absolutamente natural. Se o futebol é um fenômeno cultural mundial, como escreve David Goldblatt, o Brasil é sua principal manifestação.

O que o autor tenta dizer com estas palavras iniciais é que realizar um trabalho acadêmico sobre futebol não é apenas questão de gosto pessoal pelo tema, como é o caso aqui. É também o reconhecimento a um tema de pesquisa que há muito já merece ser tratado como tal.

⁴ Este trabalho não discutirá sobre o porquê da boa aceitação do futebol por todo o globo e entre culturas tão distintas. A obra de David Goldblatt é uma referência ideal para esse tema.

⁵ O atual e conhecido Botafogo de Futebol e Regatas é uma fusão de dois clubes chamados Club de Regatas Botafogo e Botafogo Football Club. Vinicius de Moraes, como botafoguense assumidamente relapso, pode ter se confundido.

⁶ <http://www.squadra62.com/multimedia/citacoes.php>

A Crônica

Conforme narra Antônio Cândido em seu pequeno ensaio *A vida ao rés-do-chão*, publicado em um dos volumes da série *Para gostar de ler*, dedicado a crônicas: “[A crônica] não nasceu propriamente com o jornal, mas só quando este se tornou quotidiano, de tiragem relativamente grande e teor acessível” (CÂNDIDO, 1995, p. 6). No sentido estrito da palavra, o gênero que chamamos “crônica” encontra sua origem muito próxima ao fundamento básico da reportagem jornalística⁷: o relato integral, histórico, cronológico de um fato. Isto em sua caracterização original, de quando começou a ser introduzida na imprensa europeia. O jornalismo brasileiro readaptou o gênero, mas não foi o primeiro a fazê-lo.

A imprensa latina, que muito influenciou a brasileira, já divergia quanto à aplicação do texto da crônica. Conforme explica José Marques de Melo:

“Com pequenas variações nacionais, esse gênero jornalístico tem características comuns na Itália, França, Espanha. [N]a Itália a crônica aproxima-se mais do sentido que, no Brasil, atribuímos à reportagem. Na França, oscila entre a reportagem setorial e o nosso colunismo. Na Espanha, combina a notícia e o comentário” (MELO, 1994, pp. 148-149)

É possível perceber que a crônica da forma como era entendida na Espanha era a que mais se assemelhava ao que o jornalismo brasileiro construiu como uma tradição muito própria sua⁸. A influência espanhola, entretanto, deu-se ainda mais profundamente, como o autor segue expondo:

“Convém ainda fazer menção a uma espécie de crônica espanhola que demonstra similaridade com a brasileira. Trata-se daquela modalidade de relato jornalístico que Martín Vivaldi cataloga como *croniquilla*, que pretende ser uma crônica da vida diária, sendo também chamada de *folhetin*. É exatamente como *folhetin* que a crônica surge no jornalismo brasileiro. Um espaço que os jornais reservam, semanalmente, para o registro do que aconteceu no período. Sua redação é confiada a escritores (poetas ou ficcionistas)” (MELO, 1994, p. 151)

⁷ MELO, José Marques de. A opinião no jornalismo brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1994, pp. 146-147

⁸ Idem, p. 145

Como se vê, a crônica brasileira está diretamente ligada à tradição do folhetim. Este é mais conhecido pelos diversos romances da literatura nacional que foram originalmente publicados nesse formato – tais como *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis; *A moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo; *O guarani*, de José de Alencar; e *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida –, mas o folhetim, a exemplo da *croniquilla* espanhola, abrigava também textos factuais, em que os principais autores⁹ comentavam importantes fatos da vida nacional. Ou “um artigo de rodapé sobre questões do dia” (CÂNDIDO, 1995, p. 6). Como descreve Luís Martins, “o folhetim era um comentário leve, malicioso e por vezes sentimental, casando o humorismo com a seriedade, dos fatos do dia ou da semana, nacionais e internacionais, numa breve resenha da vida da cidade, do país e do mundo” (MARTINS, 1972, pp. 11-12).

Antes de prosseguir no assunto da presença da literatura no jornalismo brasileiro, que está nas raízes da crônica, convém mencionar ainda um último tipo de crônica ibérica muito próxima daquela que se estabeleceria no Brasil:

“No jornalismo português, a crônica está bem mais próxima daquela caracterização que adquiriu no Brasil. Como dizem [José Jorge] Letria e [José] Goulão: os fatos são apenas ‘um pretexto para o autor da crônica’ [...]. Completam: ‘A associação de ideias, o jogo de palavras e conceitos, as contraposições, misturam o real e o imaginário como forma de fazer realçar o primeiro’” (MELO, 1994, p. 149)

A colocação dos escritores portugueses implica significados que ainda serão explorados mais à frente neste trabalho.

Voltemos à relação entre literatura e jornalismo no Brasil, fundamental para a consolidação da crônica como estilo particular. Em sua seminal obra *A opinião no jornalismo brasileiro*, José Marques de Melo conta, superficialmente, que os escritores começaram a acorrer aos jornais como forma de manter uma fonte de renda fixa (embora parca) e conquistar um público permanente¹⁰.

⁹ Aqui podemos começar a fazer referência às relações entre crônica e futebol, ainda que de forma indireta: um dos grandes folhetinistas da época, o escritor e fundador da Academia Brasileira de Letras Henrique Maximiano Coelho Neto, era torcedor fanático do Fluminense Football Club e foi pioneiro das invasões de campo: por várias vezes deixou as arquibancadas e marchou gramado adentro, bengala em punho, para reclamar de arbitragens.

¹⁰ MELO, José Marques de, *op. cit.*, p. 151

Nelson Werneck Sodré, grande historiador da imprensa nacional, aprofunda a exposição dessas motivações, recorrendo à situação política do país. Diz Sodré que a imprensa política, tão em polvorosa durante o fim do Primeiro Reinado e a Regência, arrefeceu no período chamado “conciliador” do Segundo Reinado, no início da segunda metade do século XIX, quando o imperador D. Pedro II soube equilibrar interesses progressistas e conservadores. Uma vez superada a crise desencadeada pelo Golpe da Maioridade, portanto, o fogo político dos jornais foi aplacado e pôde florescer uma nova faceta na imprensa, dominada pelos escritores, que ganharam espaço – também no cenário político, vale destacar.

“No Brasil, mais ainda do que nos outros países, a *literatura* conduz ao *jornalismo* e êste à *política* que [...] exige que seus adeptos sejam *oradores*. Quase sempre as quatro qualidades andam juntas: o *literato* é *jornalista*, é *orador* e é *político*” (ROMERO, Sílvio *apud* SODRÉ, 1966, p. 212)

A própria literatura nacional vivia um bom período¹¹, e passou a encontrar, nos jornais, espaço para se difundir e se desenvolver. Isso foi bom também para os jornais, uma vez que o trabalho dos escritores era muito atraente para os leitores. “O folhetim era, via de regra, o melhor atrativo do jornal, o prato mais suculento que podia oferecer, e por isso o mais procurado” (SODRÉ, 1966, p. 279)

Os grandes luminares do folhetim – e, portanto, da crônica em seu início – foram realmente José de Alencar e Machado de Assis. Alencar iniciou esse tipo de trabalho no *Correio Mercantil*, dirigido por Francisco Otaviano, de quem fora colega na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco¹². Convidado por Otaviano para assinar uma seção do jornal, Alencar

“passou a escrever crônicas, no rodapé domingueiro da primeira página, passando em revista os acontecimentos da semana. [...] Os costumes mudavam, rapidamente. As crônicas de Alencar refletem essas mudanças. [...] O folhetim espelhava os acontecimentos” (SODRÉ, 1966, p. 219)

O título do espaço do escritor no *Correio Mercantil* mais tarde batizou também um livro com uma coletânea de seus textos daquela fase: *Ao correr da pena*.

¹¹ SODRÉ, Nelson Werneck. A história da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 277

¹² SODRÉ, Nelson Werneck. *Idem*, p. 219

Já Machado de Assis escrevia para o *Semana Ilustrada*, e cumpria também a função de cronista, relatando e comentando os principais fatos da sociedade fluminense. Essa tarefa “exigia naturalmente participação direta e movimentada na vida mundana, de que [a crônica] era eco ou o espelho na imprensa” (COUTINHO, 1971, p. 113). A propósito disso, Machado costumava afirmar que essa necessidade de refletir a sociedade (a alta sociedade, diga-se) prejudicava a nacionalização do folhetim, que, “apesar de suas ‘páginas coruscantes de lirismo e de imagens’[,] só em raríssimas exceções tinha tomado a côr nacional” (COUTINHO, 1971, p. 109). Devia-se isso à “francesia” da elite¹³.

Tinha-se, portanto, que o folhetim era o espaço para relato factual de acontecimentos sociais, filtrados pelo olhar do escritor, de modo a pintar um retrato de seu tempo. “A compor a crônica, o autor constrói não o desejo de ficcionalidade, mas procura relacionar sua produção textual a uma realidade preexistente. [...] Há na crônica uma afinidade entre o mundo factual e o universo subjetivo do cronista” (BARBOSA, 2007, p. 133). José Marques de Melo chama o cronista de “mediador literário entre os fatos que estão acontecendo e a psicologia coletiva” (MELO, 1994, p. 155). Voltamos à questão da nomenclatura: os textos folhetinescos compunham uma narração temporal. Eram, então, crônicas.

Um exemplo notável e bastante ilustrativo desses primeiros anos do cronismo (ou folhetinismo), quando o foco era a crônica de costumes, é citado por Luís Martins em *Suplemento literário*, livro editado pela Imprensa Oficial de São Paulo. Martins fala do carioca José de França Júnior, que descreve como “o folhetinista por excelência”¹⁴.

“Realmente, no acervo jornalístico desse homem curioso, [...] a parte, considerável, que tem mais probabilidade de durar, não é o comentário do dia [...], mas a anotação minuciosa e não destituída de graça, de uma cidade – no caso, o Rio de Janeiro – através de cromos, realmente interessantes em seu realismo pitoresco e vivaz, tendo como assunto e cenário a sociedade fluminense (como então se dizia) de meados do século XIX” (MARTINS, 1972, p. 14)

¹³ COUTINHO, Afrânio. A literatura no Brasil – Volume VI. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1971, p. 114

¹⁴ MARTINS, Luís. Suplemento literário. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1972, p. 14

Esse caráter de recorte de um período é ponto de partida para discussões sobre a literariedade e a durabilidade da crônica. É interessante observar como alguns autores avaliam a função do gênero, tanto pelo prisma literário quanto pelo prisma jornalístico. Nelson Werneck Sodré cita a crítica Lúcia Miguel Pereira, que descreve a vida e obra do cronista carioca Paulo Barreto, mais famoso por seu pseudônimo João do Rio, da seguinte forma:

“[C]onservou todos os defeitos incutidos pelo hábito do jornalismo [...] sem revelar nenhuma qualidade nova. [...] Se logrou, com isso, fama de escritor, só pode ser porque traduziu de algum modo o espírito dominante do momento, o espírito da geração do ‘Rio civiliza-se’, e é sobretudo como representante desse espírito que merece figurar na história literária” (PEREIRA, Lúcia Miguel *apud* SODRÉ, 1966, pp. 405-406)

Pereira quer dizer, assim, que a contribuição de João do Rio à literatura brasileira, e a maneira como ele deve ser lembrado, são justamente seus relatos da sociedade e da vida do Rio de Janeiro em geral. Tem-se aí um exemplo de defesa do valor pontual, instantâneo da crônica. Vale dizer: a crônica seria preciosa por sua relação exclusiva com a época em que foi escrita.

Já Afrânio Coutinho apresenta outro ponto de vista:

“Tão característica é a intimidade do gênero com seu veículo natural que muitos críticos se recusam a ver na crônica, a despeito da voga de que desfruta, em dias atuais, algo durável e permanente, considerando-a uma arte menor. De qualquer modo, aceite-se ou não a permanência da crônica, é certo que ela somente será considerada gênero literário quando apresentar qualidade literária, libertando-se de sua condição circunstancial pelo estilo e pela individualidade do autor” (COUTINHO, 1971, p. 110)

Ou seja, o que esse autor defende é que a crônica só poderia alcançar um valor literário se seguisse na direção oposta àquela colocada por Lúcia Miguel Pereira. Para Coutinho, a crônica deve vencer suas limitações temporais – sua “condição circunstancial” – e tornar-se uma obra de maior alcance, não ficando presa a sua época.

Porém, mais adiante, Coutinho escreve:

“De qualquer modo [...], o fundamental na crônica é a superação de sua base jornalística e urbana em busca da transcendência, seja construindo ‘uma vida além da notícia’, seja enriquecendo a notícia ‘com elementos de tipo psicológico, metafísico’ ou com o *humour*, seja fazendo ‘o subjetivismo do artista’ sobrepor-se ‘à preocupação objetiva do cronista’” (COUTINHO, 1971, pp. 122-123)

O que nos leva a crer que, ao falar em quebra de limitações, o autor referia-se às limitações dos preceitos jornalísticos. O cronista deveria, então, extrapolar o fato. Temos novamente a referência ao fato como pretexto, primeiro definida pela crônica portuguesa. De fato, Coutinho faz uso das mesmíssimas palavras:

“A crônica, que não seja meramente noticiosa, é uma reportagem disfarçada ou antes uma reportagem subjetiva e às vezes mesmo lírica, na qual o fato é visto por um prisma transfigurador. Em consequência, o fato que é para o repórter em geral um fim, para o cronista é um pretexto” (COUTINHO, 1971, p. 121)

Tudo isso leva a crítica literária a ver a crônica como um gênero menor, conforme escrito por Coutinho em passagem citada anteriormente. Antônio Cândido faz graça com esse pensamento:

“A crônica não é um ‘gênero maior’. Não se imagina uma literatura feita de grandes cronistas, que lhe dessem o brilho universal dos grandes romancistas. [A] crônica é um gênero menor. ‘Graças a Deus’, – seria o caso de dizer, porque sendo assim ela fica perto de nós” (CÂNDIDO, 1995, p. 5)

Cândido prossegue explicando que a crônica de fato não pretende ser um gênero consagrado, o que o leva a discorrer sobre a questão da temporalidade:

“[N]ão tem pretensões a durar, uma vez que é filha do jornal e da era da máquina, onde tudo acaba tão depressa. [O] seu intuito não é o dos escritores que pensam em ‘ficar’, isto é, permanecer na lembrança e na admiração da posteridade; e a sua perspectiva não é a dos que escrevem do alto da montanha, mas do simples rés-do-chão” (CÂNDIDO, 1995, p. 6)

Referenciado este debate, prossigamos recordando a história da crônica no Brasil, assunto deste capítulo.

O panorama ameno do jornalismo político chegou ao fim nos tempos da Guerra do Paraguai, e a divisão de opiniões sobre aquele conturbado período reacendeu os ânimos da imprensa. Daí até o início do período republicano a política voltaria a dominar as páginas dos jornais¹⁵, mas a marca deixada pela literatura foi muito profunda para perder-se. A própria história da literatura nacional confunde-se muito com a trajetória do jornalismo, uma vez que a esmagadora maioria dos escritores importantes teve passagens por jornais¹⁶ - primordialmente por necessidade. “Os homens de letras buscavam encontrar no jornal o que não encontravam no livro: notoriedade, em primeiro lugar; um pouco de dinheiro, se possível” (SODRÉ, 1966, p. 334).

O espaço ainda reservado aos homens das letras no jornalismo é também comentado por Luís Martins, que justifica tal fenômeno até como consequência do regime político. De acordo com ele, no período logo anterior à virada do século

“a crônica atinge uma importância considerável. Sob o reinado de D. Pedro II, a liberdade deixara de ser um mito ou uma figura de retórica, assumindo mesmo aspectos excessivos de licenciosidade, na causticidade irreverente da crítica. A ironia, a facécia, o humorismo agressivo ou malévolo expandiam-se livremente; cada jornal tinha o seu comentarista malicioso dos fatos do dia...” (MARTINS, 1972, p. 16)

Nelson Werneck Sodré ressalva o que caracteriza a literatura da época é uma certa “alienação” dos escritores, que cada vez mais voltavam suas atenções para a Europa¹⁷. Ele ainda diz que os grandes literatos presentes na imprensa brasileira nessa fase específica eram, em sua maioria, remanescentes, e não recém-chegados. Segundo ele, a consolidação republicana fazia o país passar por uma estagnação em seu desenvolvimento, o que se refletia em “esterilidade em nossas

¹⁵ O autor indica a existência de um curioso efeito “gangorra” entre literatura e política no jornalismo brasileiro, motivada pelas variações e caprichos desta última: quando a agitação política recuava, a literatura ocupava as lacunas; quando aflorava, a literatura ficava mais de lado. É claro que isso não implica total extinção da face literária do jornalismo durante um período político mais incandescente, mas ajuda a perceber as diferentes fases.

¹⁶ SODRÉ, Nelson Werneck, *op. cit.*, pp. 334-335

¹⁷ SODRÉ, Nelson Werneck, *op. cit.*, p. 331

letras”¹⁸ – ou pelo menos na renovação literária. Exemplos de escritores do início do período republicano a assinarem textos nos periódicos eram: Euclides da Cunha, José Veríssimo, Olavo Bilac, Osório Duque Estrada, Artur Azevedo, Lima Barreto, Raul Pompeia e Quintino Bocaiuva.

A época é marcada por modernizações na vida nacional, tanto materiais – urbanização, industrialização – quanto culturais. Isso se reflete na imprensa, que passa a assumir uma estruturação mais empresarial na condução de seus assuntos. Desapareciam os jornais pequenos, personalistas, e emergiam os primeiros esboços da indústria da notícia.

“A passagem do século, assim, assinala, no Brasil, a transição da pequena à grande imprensa. [...] Se é assim afetado o plano da produção, o da circulação também o é, alterando-se as relações do jornal com o anunciante, com a política, com os leitores” (SODRÉ, 1966, p. 315)

Uma consequência desse processo que muito nos interessa em nossa discussão é o fim da “boemia”. Sodré explica, partindo de referência a Francisco Pereira Passos, prefeito do Rio de Janeiro entre 1902 e 1906:

“A fundação e a ascensão da Academia Brasileira de Letras, no fim do século XIX, e a abertura da Avenida [Central] e as outras obras urbanísticas de Pereira Passos, no início do século XX, determinando ou contribuindo para a liquidação da boemia literária, emprestavam às letras, agora, uma certa solenidade, um pouco postiça e até grotesca. [...] O que fizera desaparecer a boemia, entretanto, não fôra a obra de Pereira Passos, mas a generalização das relações capitalistas com as quais ela era incompatível; é essa mesma causa que começa a exigir alterações na imprensa [...]: a tendência ao declínio do folhetim, substituído pelo colunismo e, pouco a pouco, pela reportagem” (SODRÉ, 1966, pp. 338-340)

Ora, a tal “boemia” era, e é, parte essencial do trabalho do cronista. Vale esclarecer que não se trata da boemia referente a uma vida desregrada, festeira, desinteressada, mas sim a boemia que envolve a reflexão, a imersão intelectual em

¹⁸ SODRÉ, Nelson Werneck, *op. cit.*, p. 330

assuntos mundanos. Essa boemia era responsável pelos textos despreziosos¹⁹, sem-cerimônia²⁰, baseados na observação cotidiana e que estabeleceram o texto de crônica de costumes como característico dos jornais brasileiros.

Segundo o escritor Medeiros e Albuquerque, citado por Nelson Werneck Sodré, o fim da “boemia” pode ser explicado pela própria necessidade de os escritores manterem um emprego que garantisse sustentabilidade – não necessariamente na imprensa:

“É certo que a necessidade de ganhar a vida em misteres subalternos de imprensa [...] pode impedir que os homens de certo valor deixem obras de mérito. Mas isto lhes sucederia se adotassem qualquer outro emprego na administração, no comércio, na indústria. O mal não é do jornalismo: é do tempo que lhes toma um ofício qualquer, que não os deixa livres para a meditação e a produção” (ALBUQUERQUE, Medeiros e *apud* SODRÉ, 1966, pp. 334-335)

Na mesma ideia, Sodré cita obituário publicado pelo jornal *O País* referente à morte de um certo B. Lopes, em 1916. Diz o texto resgatado:

“O Brasil, país imenso e nôvo, precisa produzir e progredir. Cada cidadão, pois, deve organizar sua vida dentro de normas utilitárias e prática. O poeta boêmio é, assim, um tipo que aqui não pode mais existir” (SODRÉ, 1966, p. 340)

A crônica sustentou-se nos jornais, claro: era uma seção popular demais para ficar para trás. O jornalismo, porém, deixava de ser o mesmo. A informação friamente reportada passava a ser a prioridade, e entrava em cena o grande negócio da informação. Dentro desse cenário, que espaço restava reservado aos cronistas? Ora, tal nova função seria definida justamente a partir das transformações da imprensa brasileira.

“Essa revolução da imprensa conduz a uma diversificação do conteúdo e à ampliação das seções permanentes para atender a um público leitor mais exigente (a emergente classe média) Nesse quadro, a crônica adquire um lugar especial. E o

¹⁹ CÂNDIDO, Antônio. A vida ao rés-do-chão. In: Para gostar de ler – Volume 5 – Crônicas. São Paulo: Ática, 1995, p. 5

²⁰ BARRETO, Francismar Ramírez. Apontamentos para uma revisão conceitual da crônica contemporânea: O espírito dos anos 70 nas crônicas de Carlos Drummond de Andrade, Paulo Mendes Campos e Fernando Sabino. Brasília: Universidade de Brasília, 2007, p. 88

cronista é um intérprete das mutações que dão nova fisionomia à sociedade brasileira” (MELO, 1994, p. 154)

Ou seja, a crônica de costumes como era praticada por José de Alencar, Machado de Assis, João do Rio, França Júnior e tantos outros havia chegado a um ponto limite, sim. Não é que a nova imprensa deixara de comportar o gênero (e tanto não é assim que, evidentemente, a crônica, genericamente falando, permaneceu viva): o estilo de vida do profissional envolvido com tal atividade é que se tornara insustentável. Mas a tradição da crônica de costumes permaneceria viva e bem influente, como explica José Marques de Melo, uma vez que fica marcada a necessidade de captar e definir uma nova sociedade brasileira que se forma – dentro, é claro, dos novos padrões que o jornalismo nacional se propõe a seguir. Em alguns anos, entretanto, essa nova sociedade brasileira passaria por experiências cruciais tanto para si mesma quanto para a crônica como um todo.

Como já vimos anteriormente, Machado de Assis considerava que a atividade do cronista era, por definição, anti-brasileira. Devia-se a isso o fato de a própria (alta) sociedade brasileira manter-se afastada dos traços mais típicos do país, preferindo adotar costumes franceses e ingleses no período entre o fim do século XIX e início do XX. O cronista não tinha opção senão retratar essa realidade. Até que chegou o ano de 1922. Ou, mais especificamente, uma semana em fevereiro do ano de 1922.

A Semana de Arte Moderna conclamou o Brasil a olhar para si mesmo. Provocou choque e até repúdio na moral vigente, mas abalou as estruturas a partir de movimentos na pintura, na música e na literatura. Acima de tudo, combateu o “passadismo”²¹.

“O Brasil dos novos poetas queria ouvir novas rimas e novos sons. Queria acabar com o padre Anchieta, com o padre Vieira, com Alencar e com Carlos Gomes. Queria redescobrir Pindorama na selva das cidades, queria que o novo mundo fosse admirável e industrial. Queria ser índio e negro. [...] Para isso, era preciso borrar as velhas pinturas e arruinar a velha música, queimar os velhos livros e pisotear a ‘República das Letras’. [...] A Semana de Arte Moderna rompeu com o passado e apresentou o Brasil das letras ao Brasil das calçadas” (BUENO, 2010, p. 320)

²¹ BUENO, Eduardo. Brasil: Uma história – Cinco séculos de um país em construção. São Paulo: Leya, 2010, p. 320

A nova onda modernista foi decisiva para a formação da crônica brasileira como a conhecemos hoje. De acordo com José Marques de Melo, a Semana de Arte Moderna

“inicia um movimento de brasilidade, levando a nossa literatura, seja na temática, seja na linguagem, a se aproximar da realidade nacional. É sobretudo no plano da linguagem que esse movimento influencia a imprensa brasileira, fazendo-a abandonar o velho estilo discursivo dos bacharéis para descobrir a simplicidade e a clareza da linguagem coloquial” (MELO, 1994, p. 153)

A literatura brasileira, então, dobrava uma esquina e se encontrava com o Brasil comum, definitivamente. Para a crônica, foi o início de uma tendência que encontraria sua consagração definitiva na década seguinte, a de 1930, que viu o fim da República Velha e, com ele, o fim tardio e de fato do século XIX no país. Afrânio Coutinho detecta que “foi a atmosfera de renovação pós-1930 que favoreceu o desenvolvimento desse gênero sob novos e múltiplos aspectos” (COUTINHO, 1971, p. 119)

Os jornais continuavam seu processo de modernização durante as transições entre os regimes políticos. Esse processo, que implicava maior preocupação com a notícia, abarcava tudo que era manifestado nas páginas dos periódicos, incluindo a crônica. Como esta foi afetada? Explica José Marques de Melo:

“[A] crônica moderna assume a palpitação e a agilidade de um jornalismo em mutação. Ela figura no corpo do jornal não como objeto estranho, mas como matéria inteiramente ligada ao espírito da edição noticiosa. A crônica moderna gira permanentemente em torno da atualidade [...]” (MELO, 1994, p. 154)

Ou seja, a principal transformação é caracterizada pela busca de uma unidade entre a crônica e a filosofia do jornal, que é lidar sempre com a informação em primeira mão. Obviamente isso não faz do cronista um repórter puro e simples, e sua preocupação não é a de dar furos. Mas seu trabalho passa a ser mais voltado para o factual.

Chegamos a um ponto importante da história da crônica. Devemos recordar o que foi estabelecido pelos cronistas portugueses a respeito de o fato ser mero pretexto para o cronista. O jornalismo configurado a partir dos anos 30 está inserido em uma realidade nacional mais dinâmica. Esse dinamismo, essa velocidade dos acontecimentos, não mais cessará de se intensificar ao longo do século XX, num irreversível processo de modernização da sociedade em que rotinas ficam mais corridas e a informação assume papel cada vez mais fundamental (já vinha assumindo, na verdade, desde a virada do século²²).

A crônica certamente não poderia ficar alheia aos acontecimentos, mas adaptar-se-ia aos novos tempos à sua maneira. Se agora o foco passa a ser nos fatos, então que seja – mas, como já foi dito, apenas como pretexto para a elaboração de textos que mantivessem a tradição da crônica: filtrando o real pelo olhar particular do escritor. A nova manifestação dessa herança significa dizer que o crônica passa a ser uma espécie de analista daquilo que vai nas páginas, digamos assim, “sérias” do jornal.

“Se a crônica de costume se valia do real (fatos ou ideias do momento) simplesmente como ‘deixa’ ou como inspiração para um relato poético ou para uma descrição literária, a crônica moderna assume a palpitação e a agilidade de um jornalismo em mutação. Ela figura no corpo do jornal não como objeto estranho, mas como matéria inteiramente ligada ao espírito da edição noticiosa. A crônica moderna gira permanentemente em torno da atualidade” (MELO, 1994, p. 154)

Antes uma ocupante do espaço físico e veículo para a influência dos literatos nos jornais, agora a crônica passa a se associar definitivamente ao conteúdo noticioso. Não é apenas por causa das transformações na forma de se fazer jornalismo que isso acontece. Se a crônica não fosse o gênero adorado e prestigiado pelos leitores que sempre foi, poderia ter sido, na verdade, engolida pelas modificações por que passou a imprensa brasileira ao longo dos anos. Pelo contrário, o gênero beneficiou-se delas.

Para Marques de Melo, são duas as principais características da crônica moderna:

²² SODRÉ, Nelson Werneck, *op. cit.*, p. 314

“1) Fidelidade ao cotidiano, pela vinculação temática e analítica que mantém em relação ao que está ocorrendo, aqui e agora; pela captação dos estados emergentes da psicologia coletiva. 2) Crítica social, que corresponde a ‘entrar fundo no significado dos atos e sentimentos do homem’” (MELO, 1994, pp. 155-156)

Aí está descrito, no primeiro ponto, o que já foi dito aqui sobre a nova relação da crônica com o conteúdo jornalístico. O segundo ponto trata de uma nova função que a crônica adquire no pós-1930, que é o da possibilidade de debruçar-se cuidadosamente sobre os assuntos cotidianos. Com a aceleração dos acontecimentos, a crônica, nesse momento, coloca-se como uma chance de pausa, observação e até mesmo reflexão. O gênero adquire um ar de “conversa fiada”²³ e troca o comentário agudo e incisivo pelo desprezioso e por vezes lírico. “[F]oi largando cada vez mais a intenção de informar e comentar [...] para ficar sobretudo com a de divertir” (CÂNDIDO, 1995, p. 7)

Antônio Cândido é dos que mais elogiam esse caráter da crônica. Diz ele:

“Na sua despreensão, humaniza; e esta humanização lhe permite, como compensação sorrateira, recuperar com a outra mão uma certa profundidade de significado e um certo acabamento de forma, que de repente podem fazer dela uma inesperada embora discreta candidata à perfeição. [A] crônica está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas. Em lugar de oferecer um cenário excelso, [...] pega o miúdo e mostra nele uma grandeza [...]” (CÂNDIDO, 1995, p. 5)

Querendo dizer, evidentemente, que é esse novo minimalismo temático adotado pela crônica que a enriquece. Ainda diz:

“É importante insistir no papel da simplicidade, brevidade e graça próprias da crônica. Os professores tendem muitas vezes a inculcar nos alunos uma ideia falsa de seriedade; uma noção de que as coisas sérias são graves, pesadas, e que conseqüentemente a leveza é superficial. Na verdade, aprende-se muito quando se diverte, e aqueles traços constitutivos da crônica são um veículo privilegiado para mostrar de modo persuasivo muita coisa que, divertindo, atrai, inspira e faz amadurecer a nossa visão das coisas” (CÂNDIDO, 1995, p. 11)

²³ MELO, José Marque de, *op. cit.*, p. 156

Cândido defende, portanto, a relevância da crônica não apenas como texto de entretenimento, mas também como gênero cujas obras são carregadas de significado e, mais do que isso, importância jornalística. José Marques de Melo coloca a questão da seguinte maneira, em termos aparentemente conclusivos:

“Que a crônica é um gênero jornalístico constitui uma questão pacífica. Produto do jornal, porque dele depende para sua expressão pública, vinculada à atualidade, porque se nutre dos fatos do cotidiano, a crônica preenche as três condições essenciais de qualquer manifestação jornalística: atualidade, oportunidade e difusão coletiva” (MELO, 1994, p. 159)

Duas notáveis gerações emergiram desse novo panorama da crônica, estabelecido a partir dos anos 30. A primeira delas, mais imediata, contava com nomes como o modernista Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Rachel de Queiroz, Cecília Meirelles e José Lins do Rêgo²⁴. A segunda delas trouxe à crônica brasileira três de seus principais nomes ao longo da história: os mineiros Paulo Mendes Campos e Fernando Sabino e, principalmente, o capixaba Rubem Braga, único dos gigantes da literatura brasileira a ter construído toda a sua carreira no cronismo²⁵.

Rubem Braga é abertamente aclamado justamente por ser o maior expoente do estilo textual consagrado na crônica: simples, subjetivo, reflexivo e leve. Segundo Afrânio Coutinho:

“Sua técnica é dar pouco aprêço aos fatos do mundo real e muitas vezes os escolhe como simples pretexto para a divagação pessoal. É seguramente o mais subjetivo dos cronistas brasileiros. E o mais lírico. [E]screve sem ornatos e alcança às vezes a simplicidade clássica, numa língua despojada, melodiosa, direta” (COUTINHO, 1971, p. 120)

²⁴ José Lins do Rêgo será mais discutido adiante no trabalho, mas já vale dizer aqui que o escritor foi, sem favor, um dos principais cronistas esportivos que nosso país já viu. Suas principais contribuições nesse campo podem ser encontrados na coletânea *Flamengo é puro amor – 111 crônicas escolhidas*, lançado em 2002 pela editora José Olympio.

²⁵ COUTINHO, Afrânio, *op. cit.*, p. 120

Daí para frente não houve nenhuma outra alteração fundamental na função ou formato da crônica brasileira. O gênero não perdeu força nem durante o processo de modernização das redações e do próprio ofício que ocorreu nos anos 50. Vale a pena abordar aqueles acontecimentos para dar outra dimensão da força não apenas da crônica, mas de toda a literariedade do jornalismo no Brasil.

O objetivo daquele movimento – que foi encabeçado por jornais de menor circulação na época, quais sejam, o *Jornal do Brasil*, o *Diário Carioca* e a *Tribuna da Imprensa*²⁶ – era prover o jornalismo de uma identidade própria e colocá-lo no rumo de ser uma atividade legitimamente objetiva e neutra. Esse seria o caminho para que os jornais se colocassem como verdadeiros interlocutores da população, transmissores da verdade nua e crua dos acontecimentos e capazes de “decifrar o mundo para o leitor” (BARBOSA, 2007, p. 150).

Quem escreve com propriedade sobre o período e seus desdobramentos é Marialva Barbosa, no livro *História cultural da imprensa. Sobre a modernização dos anos 50* ela diz:

“[A] modernização gráfica, editorial, linguística e empresarial dos jornais diários do Rio de Janeiro representa para a imprensa a instauração de um lugar institucional que lhe permite, a partir de então, enunciar as verdades dos acontecimentos de forma oficializada e se constituir como registro factual por excelência. [A] partir desse momento, o jornalismo se afirma como fala autorizada em relação à constituição do real. O discurso jornalístico se reveste da aura de fidelidade aos fatos, o que lhe confere considerável poder simbólico” (BARBOSA, 2007, pp. 150-151)

Para alcançar esse fim, fazia-se (ou aparentava fazer-se) imperativo que os jornais deixassem um pouco de lado a literariedade que sempre os acompanhou. Essa faceta do jornalismo era ligada à subjetividade, que passava a ser indesejada: o essencial para a nova imprensa que se tentava erguer era o fato despido de qualquer interpretação. Para Marialva Barbosa, isso seria simplesmente impossível de alcançar, devido às próprias origens do jornalismo brasileiro.

“A rigor, o que possibilita o desenvolvimento profissional do jornalismo no país é a idealização do papel como único intermediário possível entre o público e o poder

²⁶ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, p. 156

público [...]. Com isso, transforma-se numa instância privilegiada de poder real e simbólico. Além disso, construindo textos que apelam a valores emocionais e ao cotidiano dos grupos populares, a imprensa, a partir do início do século XX, faz das sensações arma fundamental para alcançar o gosto do público. Ficcional e real se mesclam em textos que constroem uma narrativa próxima dos regimes de ficcionalidade, mas que falam de um real presumido. Observa-se, pois, que, no país, profissionalização não quis dizer autonomização do campo literário e nem do campo político” (BARBOSA, 2007, p. 163)

Ao mesmo tempo, Barbosa defende que a presença da opinião no jornalismo nacional nunca enfraqueceu, e nem poderia, pois nas raízes da imprensa do Brasil estaria a expressão do pensamento de quem fazia os jornais²⁷. E não seria o caráter opinativo um obstáculo para a formalização de um jornalismo competente e qualificado – pelo contrário, esse caráter seria até essencial para esse jornalismo. Completa Marialva Barbosa:

“[N]ão se pode retirar dos meios de comunicação seu papel de elaborar um discurso consoante à realidade social. Ao difundir uma narrativa do mundo (selecionada entre múltiplas possibilidades factuais), a mídia não é mero espelho da realidade, realizando sempre um trabalho de produção de significados, determinantes na constituição daquilo que chamamos de realidade” (BARBOSA, 2007, p. 178)

Encerra-se aqui a descrição da trajetória que percorreu o gênero crônica no jornalismo brasileiro, desde os primeiros passos dos literatos nos jornais até a consolidação definitiva como gênero literário que mais tomou forma nativa em sua conformação²⁸. Mas ainda não falamos do valioso encontro entre a crônica e outra manifestação cultural que tornou-se uma das principais identidades do Brasil, se não a principal. Refiro-me àquela que chegou em terras tupiniquins em 1894, vinda de navio da Inglaterra, na bagagem de um estudante.

²⁷ Tanto Marialva Barbosa quanto Nelson Werneck Sodré citam os cursos acadêmicos de Direito, por onde muitos escritores e jornalistas passaram, como grandes motivadores da influência do pensamento ilustrado no jornalismo brasileiro.

²⁸ COUTINHO, Afrânio, *op. cit.*, p. 122

O Futebol

É praticamente consenso que o cicerone do futebol no Brasil foi o paulista Charles Miller, filho do engenheiro ferroviário escocês John Miller com a brasileira Carlota Alexandrina Fox Miller. John emigrara para empregar-se no próspero ramo das estradas de ferro, uma área em pleno desenvolvimento no Brasil do fim do século XIX. Aqui conheceu e casou-se com Carlota, ela própria filha de um casal inglês. Charles nasceu em 1874. A família Miller, assim como a maioria dos imigrantes britânicos que vieram para o Brasil, era abastada – ou pelo menos o suficiente para enviar Charles para estudar na Inglaterra quando ele tinha nove anos de idade. O destino de Charles foi a Banister Court School, em Southampton²⁹.

Charles Miller permaneceu na Inglaterra por dez anos, e lá teve contato com os principais esportes adotados pelas escolas públicas³⁰ do país à época: rúgbi e futebol, primos próximos. Tomou preferência por este último. Jogou pelo time da escola, bem como, em algumas ocasiões, pelos locais St. Mary's³¹ e Corinthian³². Em 1894, ano de seu retorno ao Brasil, Charles fez questão de levar consigo aquele novo passatempo. Ao desembarcar no porto de Santos, pesavam na mala do jovem duas bolas, alguns equipamentos e um livro de regras.

Essa história é conhecida. Mas Charles Miller não é considerado o pai do futebol brasileiro por ter sido o único introdutor do esporte no país, longe disso. Outros rapazes de boa família, de outras partes do país, também tomaram o rumo do Velho Mundo para estudar e voltaram dando pontapés em balões de couro: Oscar Alfredo Cox foi para Lausanne, na Suíça, e introduziu o futebol ao Rio de Janeiro em 1897, além de fundar o Fluminense Football Club em 1902; José Ferreira Júnior, o Zuzá, aportou de volta em Salvador em 1901 após uma temporada na Inglaterra e mostrou o esporte à Bahia; Guilherme de Aquino Fonseca retornou também da Inglaterra em 1903, e em 1905 fundou o Sport Club do Recife; Joaquim

²⁹ GUTERMAN, Marcos. O futebol explica o Brasil: Uma história da maior expressão popular do país. São Paulo: Contexto, 2009, pp. 14-16

³⁰ O conceito de escola pública na Inglaterra é diametralmente oposto ao nosso. Lá, escolas públicas são aquelas que não recebem financiamento do Estado. São, portanto, mantidas por recursos privados, geralmente provenientes das famílias dos estudantes. Por isso eram redutos dos filhos da elite econômica, e por isso era necessário que a família Miller fosse minimamente abastada para poder custear os estudos de Charles na Banister.

³¹ Hoje Southampton Football Club.

³² Em 1910 o Corinthian excursionou pelo Brasil a convite do Fluminense e disputou algumas partidas em São Paulo. Deixou boa impressão em Joaquim Ambrósio, que propôs a amigos batizar em homenagem aos ingleses o time que estavam criando. Surgiu assim o nome do Sport Club Corinthians Paulista.

Moreira Alves dos Santos, o Nhozinho, foi o pioneiro em São Luís³³, em 1907, depois de voltar de Liverpool³⁴.

Ou seja, Charles Miller foi realmente o primeiro desses introdutores, cronologicamente falando, mas o papel que desempenhou foi cumprido em diversos locais por outras pessoas – e vale dizer que essas diferentes chegadas do futebol aos estados brasileiros foram independentes uma da outra.

Daniel Damasceno Crepaldi aborda essa questão em sua tese de mestrado em Sociologia intitulada *A participação da Rádio Nacional na difusão do futebol no Brasil nas décadas de 1930 e 40*. Ele reforça intensamente a significação da não-existência de uma porta de entrada única para o futebol no Brasil.

“Por estudantes retornando ao país, ou por imigrantes que chegavam da Europa, o futebol se espalha pelo Brasil de forma impressionante, se unirmos variáveis como a dimensão do território brasileiro, a proximidade das datas de fundação dos clubes e a precariedade dos meios de comunicação. O que quero dizer com isso é que o Brasil é extenso demais para que o futebol tenha sido difundido por tamanha quantidade de regiões, em tão pouco tempo, a partir das atitudes de um pequeno grupo de praticantes, seja de paulistas ou de cariocas” (CREPALDI, 2009, p. 30)

Como se vê, ele também se preocupa em refutar qualquer possibilidade de São Paulo e Rio de Janeiro, historicamente os maiores centros do futebol brasileiro, terem sido focos propagadores da prática do esporte no país. Isso porque, naquela virada de século, essas cidades

“não eram as metrópoles que hoje se conhece. Naquele contexto, nossas metrópoles ‘apenas comandavam uma fração do território, sua chamada zona de influência’ (Santos, 1996, p.89). Tal papel somente se evidenciou a partir de 1930, resultado dos esforços da política de integração do território nacional e do advento de novas formas de comunicação (como a radiodifusão) e do início da expansão da malha viária” (CREPALDI, 2009, p. 32)

³³ Há na cidade um estádio municipal chamado Nhozinho Santos, em honra a Joaquim. É mais comumente usado por times de menor expressão da capital maranhense.

³⁴ FRANZINI, Fabio. A futura paixão nacional: chega o futebol. In: DEL PRIORE, Mary e MELO, Victor Andrade de (org.). História do esporte no Brasil: Do Império aos dias atuais. São Paulo: UNESP, 2009, p. 113

Vimos então que Charles Miller foi pioneiro entre os pioneiros, mas não os influenciou e de forma alguma foi o único responsável por apresentar o futebol ao Brasil. Mas mesmo essa noção de pioneirismo não é inteiramente correta.

O jornalista inglês David Goldblatt, em seu *The ball is round: A global history of football*, usa a seguinte frase: “Como tudo mais do Velho Mundo – incluindo invasões e epidemias – o futebol chegou à América Latina por seus portos” (GOLDBLATT, 2007, p. 125, tradução nossa³⁵). E, acrescente-se, não apenas graças a brasileiros em regresso. Marinheiros ingleses que aportavam nos países sul-americanos³⁶ desde os anos 1860 já disputavam peladas nos terrenos desocupados próximos da costa³⁷, e atraíam a atenção da população local com seu jogo curioso³⁸. Há inclusive um relato de uma partida disputada em 1878 por tripulantes do navio mercante *Crimeia* em frente à residência da princesa Isabel, no Rio de Janeiro³⁹.

Houve também participação de escolas religiosas na introdução do futebol à população brasileira. Os jesuítas do tradicional Colégio São Luís, em Itu, apresentaram o jogo a seus alunos em algum período entre os anos 1870⁴⁰ e 1880⁴¹. Também praticava-se o esporte no Ginásio Nacional, do Rio de Janeiro (atual Pedro II), no Colégio Paixão, de Petrópolis, no Colégio Anchieta, de Nova Friburgo, e em escolas maristas do Rio Grande do Sul⁴².

É certo, porém, que nem os marinheiros ingleses nem os padres educadores tinham por ideal difundir a prática do futebol na sociedade brasileira. Os ingleses restringiam suas partidas a si próprios⁴³, e os padres, nos moldes da educação britânica, usavam o esporte como instrumento de instrução moral e física, restrito ao âmbito dos colégios. É aí que Charles Miller torna-se mais importante: a ideia do

³⁵ Original: “Like everything else from the Old World – invasions and epidemics included – football came to Latin America through its ports”

³⁶ A presença britânica era mais forte na Argentina, onde foram publicadas pela primeira vez no continente, em 1867, as regras do futebol – em inglês. O responsável foi o jornal *The Standard*, da comunidade britânica. As regras ali reunidas eram as acordadas pela Football Association quando de sua fundação, em 1863.

³⁷ MAZZONI, Thomaz *apud* FRANZINI, Fabio. A futura paixão nacional: chega o futebol. In: DEL PRIORE, Mary e MELO, Victor Andrade de (org.). História do esporte no Brasil: Do Império aos dias atuais. São Paulo: UNESP, 2009, p. 112

³⁸ GOLDBLATT, David. *op. cit.*, p. 126

³⁹ MAZZONI, Thomaz *apud* FRANZINI, Fabio, *op. cit.*, p. 112

⁴⁰ <http://www.campeoesdofutebol.com.br/especial39.html>, acessado em 26/05/2011, às 11h10.

⁴¹ FRANZINI, Fabio, *op. cit.*, p. 112

⁴² Ver nota 34.

⁴³ Notáveis exceções são os misteriosos *mr. Hugh* e *mr. John*, ferroviários empregados, respectivamente, em Jundiá e no Rio de Janeiro que juntaram operários ingleses e brasileiros para alguns jogos. A história deles não é bem documentada.

rapaz (e dos pioneiros que o sucederam cronologicamente) era tornar o futebol uma prática comum na vida cotidiana, estabelecer equipes como aquelas que defendera em Southampton, criar competições periódicas. Ressalve-se que Miller não tinha a menor intenção de permitir que membros das classes sociais inferiores participassem dessas disputas, mas isso não elimina o fato de que ele pretendia inserir o futebol na sociedade – mesmo que apenas na alta sociedade.

Assim, Charles Miller foi decisivo na organização daquela que é considerada a primeira partida integralmente brasileira de futebol no Brasil – isto é, sem a participação de ingleses. Em abril de 1895, não se sabe exatamente se no dia 14 ou 15, funcionários da Companhia do Gás de São Paulo e da São Paulo Railway, reunidos por Miller, disputaram um jogo na Várzea do Carmo⁴⁴ – local onde hoje existe o Parque Dom Pedro II. O time da São Paulo Railway venceu por 4-2⁴⁵. A Várzea era um dos locais preferidos dos primeiros futebolistas de São Paulo para a prática do esporte.

Foi também em São Paulo, e também com participação de Charles Miller, que teve início o primeiro campeonato de futebol do Brasil. O Campeonato Paulista teve sua edição inicial em 1902, quando contou com os cinco times fundadores da Liga Paulista de Foot-ball: São Paulo Athletic Club, Club Athletico Paulistano, Associação Atlética Mackenzie College, Sport Club Germânia⁴⁶ e Sport Club Internacional (nenhuma relação com o atual e gaúcho Sport Club Internacional). O São Paulo Athletic Club, ou SPAC, foi o campeão.

Durante a primeira década do século XX outros campeonatos organizados por ligas de clubes começaram a aparecer pelo Brasil. Na esteira do Campeonato Paulista, o Campeonato Baiano surgiu em 1905 (primeiro campeão: Clube Internacional de Cricket), o Carioca em 1906 (primeiro campeão: Fluminense Football Club) e o Paraense em 1908 (primeiro campeão: Sociedade Atlética União Sportiva). A Paraíba teve também um torneio em 1908, vencido pelo Paraíba Football Club, mas não foi considerado oficial⁴⁷. O verdadeiro *boom* dos campeonatos deu-se na década de 1910, com o início de competições oficiais no Amazonas (1914), em Minas Gerais (1915), no Paraná (1915), em Pernambuco (1915), no

⁴⁴ GUTERMAN, Marcos, *op. cit.*, p. 20.

⁴⁵ GUTERMAN, Marcos, *op. cit.*, p. 22.

⁴⁶ Atual Esporte Clube Pinheiros.

⁴⁷ Lancepédia: A enciclopédia do futebol brasileiro. Rio de Janeiro: LANCE! Publicações, 2009, p. 295

Espírito Santo (1917), no Maranhão (1918), no Rio Grande do Norte (1918), no Rio Grande do Sul (1918), em Sergipe (1918), na Paraíba (1919) e no Ceará (1920)⁴⁸.

Abre-se um parêntese para falar sobre essa evolução regionalizada. Devido à extensão continental do Brasil, à precariedade dos transportes para viagens de longa distância e à mentalidade federalista, o futebol brasileiro deu seus primeiros passos não de forma conjunta pelo país, mas independentemente em cada estado. Em vez de um órgão centralizador nacional, o que havia eram diversas entidades estaduais e/ou metropolitanas que organizavam o jogo cada qual à sua própria maneira. Daniel Damasceno Crepaldi, falando sobre a ausência, no Brasil do início do século XX, de abrangentes metrópoles que possuíssem extensas áreas de influência, escreve:

“Neste sentido, diversas localidades mantiveram-se em relativo isolamento em relação aos grandes centros urbanos nacionais, mantendo o tradicional localismo. No âmbito do futebol, tal situação propiciou o surgimento de rivalidades locais. Ao mesmo tempo, as principais cidades seguiam mantendo relativo isolamento entre si, de forma que os principais confrontos futebolísticos se davam no nível intra-urbano, e não interurbano, como se pode notar comumente no caso europeu. [...] A difusão e estruturação do futebol em determinados países, está diretamente ligada às características territoriais. [...] O território brasileiro proporcionou ao futebol uma forma diferente de se organizar, fortalecendo inicialmente os campeonatos regionais, levando algum tempo para surgirem os campeonatos que englobavam times de diferentes regiões do país” (CREPALDI, 2009, pp. 32-33)

O “caso europeu”, a que se refere Crepaldi, diz respeito ao fato de que o futebol na Europa espalhou-se rapidamente entre os diferentes países graças à relativamente pequena extensão territorial do continente e à constante troca de conhecimentos entre os povos do Velho Mundo, especialmente na Europa Central. Para efeito de comparação, basta dizer que clubes europeus de diferentes países já disputavam uma competição entre si – a Copa Mitropa – em 1927⁴⁹, enquanto o Brasil só estabeleceu um campeonato nacional em 1959, com a Taça Brasil.

⁴⁸ Ibidem, pp. 288-299

⁴⁹ GOLDBLATT, David, *op. cit.*, p. 241

Concluída a explicação, prossigamos. Como se vê, o futebol no Brasil era, em seu princípio um jogo das elites. Um dos motivos principais era o custo de se praticar o esporte. Marcos Guterman aponta este fato:

“Nos primeiros anos do esporte no Brasil [...] todo o equipamento adequado para a prática do jogo tinha de ser importado. [...] No final da primeira década do século XX, os clubes ainda reclamavam que o governo mantinha em níveis altíssimos os impostos sobre importação de produtos ligados ao futebol, como redes para gols, bolas e chuteiras” (GUTERMAN, 2009, p. 34)

Além disso, havia o desejo de manter o futebol restrito a uma parcela da população. Duas formas existiam para isso. A primeira era a própria linguagem do jogo. Os termos técnicos do futebol não ganharam tradução no Brasil imediatamente, e era preciso usar muitas palavras originais, em inglês, para falar do esporte, o que restringia o entendimento daqueles que não falassem a língua estrangeira.

Desta forma, os primeiros jogos de futebol no Brasil não eram jogos, eram *matches*, entre dois *scratches* de onze *players* cada, realizados no *ground* de um dos *teams* e supervisionados por um *referee*, respeitosamente chamado de *mister*. A lógica estratégica do jogo funcionava assim: os *halves*, por meio do *pass* ou do *dribble*, punham-se a fazer avançar a bola até os *forwards*, que deveriam disparar *shoots*. Caso a bola esbarrasse em um *back* e saísse, seria cobrado um *corner*. Caso vencesse o *keeper*, estava decretado um *goal*, e era necessário marcar a contagem no *placard*⁵⁰.

O outro obstáculo para que o futebol saísse da alçada de apenas uma fração da sociedade brasileira era a defesa do amadorismo, isto é, a impossibilidade de um praticante do esporte ganhar dinheiro com sua atividade. Era considerado indigno um jogador atuar por um clube em troca de qualquer incentivo financeiro, visto que ele estaria executando um trabalho físico, o que não condizia com a classe economicamente superior. Era também muito mais evidente a noção de amor à

⁵⁰ Os praticantes do jogo foram adaptando livremente esse vocabulário, gerando pérolas linguísticas como “quíper”, “réf” e “fórvado”. Algumas adaptações resistem até hoje, mas são pouco usuais, como “beque”, “escrete” e “córner”. Outras se tornaram formas definitivas, como “placar”, “gol”, “chute” e “drible”. Sem falar, claro, na própria denominação do esporte, que, apesar de várias tentativas desajeitadas (“ludopédio”, “balípodo”, “bolapé”), sempre foi “futebol”.

camisa, segundo a qual a única motivação necessária para o atleta deveria ser a honra de sua agremiação diante das demais.

Se a prática era restrita, porém, a audiência não o era. O futebol era jogado por poucos, mas assistido por todos. Quem não podia pagar o preço do ingresso da arquibancada simplesmente se acomodava em morros vizinhos a alguns campos ou ocupava os espaços na “geral”, o setor popular dos estádios, e acompanhava a partida dali mesmo, em grupos cada vez maiores. O jogo era fácil de entender – um time de cá, outro de lá, tem que botar a bola no meio dos dois postes, não pode usar a mão e nem bater no adversário – e atraente, pródigo em momentos de emoção concentrada

E, principalmente, era o jogo dos ricos. Para a população mais pobre, marginalizada (não necessariamente negra, pois também incluía mulatos e brancos pobres), torcer por um clube rico, da elite, era quase uma ascensão social. A melhor descrição desse fenômeno é de Mário Filho, na esplêndida obra *O negro no futebol brasileiro*, uma crônica da popularização do futebol no Brasil:

“Um mulato, um preto podia torcer pelo Fluminense. Havia lugar, na geral, para o mulato, o preto. E para o branco pobre. Mas o branco pobre, o mulato, o preto, que torciam pelo Fluminense, procuravam ‘ser’ Fluminense, distinguindo-se dos torcedores dos outros clubes, caprichando no modo de trajar, vestindo a roupa aos domingos” (FILHO, 2003, p. 62)

Curiosamente, esse tipo de torcedor exigia cada vez mais que seu clube de coração fosse elitizado: “O Fluminense podia, por isso, fechar-se mais. Fechar-se mais significava embranquecer-se mais. Sem ofender o mulato, o preto. O mulato e o preto, pelo contrário, achando que o Fluminense tinha de ser mais branco” (FILHO, 2003, p. 63). Dessa forma, através da devoção a um clube exclusivo e restrito, o torcedor sentia-se cada vez mais parte do grupo privilegiado da sociedade.

São emblemáticos os casos de Carlos Alberto, no Rio de Janeiro, e Arthur Friedenreich, em São Paulo. Ambos eram filhos de “boas famílias” de suas respectivas cidades, e, portanto, tinham lugar nos clubes de futebol. Mas eram também mulatos, e viam necessidade de disfarçar essa característica para não atraírem o julgamento das arquibancadas. Carlos Alberto, que jogou por América e Fluminense, passava pó-de-arroz no rosto para ficar mais “branco”. Era muito

provocado pelas torcidas rivais e desdenhado por suas próprias. Já Friedenreich (que tinha a pele mais clara por ser filho de um alemão) usava toalhas quentes para alisar o cabelo. Sobre ele o assédio era menor. Também pudera: Friedenreich foi o maior jogador do futebol brasileiro nos tempos de amadorismo e responsável pela primeira conquista da seleção brasileira: o Sul-Americano de 1919, em cuja final marcou o gol da vitória.

A exigência das torcidas começava a ficar maior. À medida que as multidões de espectadores aumentavam, aumentava também a cobrança pela vitória, a rivalidade, as provocações. Os clubes passavam a ser mais pressionados por resultados positivos, e o futebol entrava em uma era de maior competitividade. Para suportar essa competitividade era preciso ter mais e mais jogadores de qualidade nos elencos. Começava a ser preciso fazer algumas concessões, ainda na era do amadorismo. O primeiro time a descobrir as vantagens dessas concessões foi o Bangu Atlético Clube.

O Bangu foi fundado como The Bangu Athletic Club por funcionários ingleses da Companhia Progresso Industrial Ltda., uma fábrica de tecidos localizada no subúrbio carioca. Os britânicos trouxeram o gosto por futebol de sua terra natal e resolveram montar uma equipe na empresa. Até aí a história segue o roteiro traçado por todos os ingleses que vieram jogar bola no Brasil. Mas não havia funcionários em número suficiente para compor os dois times necessários para disputar as partidas. A solução foi convocar os operários brasileiros da fábrica – negros, mulatos e brancos pobres – para jogar. Foi a primeira vez que se permitiu participação tão ativa dessa camada da população no futebol brasileiro.

Note-se que o Bangu não pretendia revolucionar o cenário. Era, em primeiro lugar, uma questão de necessidade. Funcionava também como uma estratégia para melhorar a produtividade na fábrica, pois um funcionário deveria ser dedicado e bom trabalhador para ser escolhido. E a convocação rendia benefícios que todos desejavam.

“Ao ser escolhido, o jogador-operário passaria imediatamente a desempenhar um tipo de trabalho mais leve, onde pudesse economizar suas energias para concentrá-las no futebol. Nos dias de treino, ele tinha autorização dos diretores da empresa para deixar o trabalho mais cedo, com uma condição: dirigir-se ao campo de futebol, a fim de realizar os treinos coletivos. Quase sempre o jogador-operário era

mais rapidamente promovido. Os considerados craques, então, eram nitidamente protegidos pela diretoria. Além disso, o contato mais informal no campo de futebol com os altos funcionários ingleses teria função determinante nas vantagens auferidas pelos jogadores-operários. [...] A convocação, é bom destacar, significava prestígio junto aos diretores, privilégios, possíveis promoções e, sobretudo, a garantia de continuar empregado. Pelo menos enquanto satisfizesse as expectativas como jogador de futebol” (CALDAS, 1990, pp. 29-30)

A democratização do futebol brasileiro daria outros passos importantes. Em Pau Grande, no interior do Rio de Janeiro, a empresa América Fabril aceitaria funcionários negros e pobres em seu time, o Esporte Clube Pau Grande⁵¹, nos mesmos moldes do Bangu⁵²; o Andarahy Athletico Clube, do bairro suburbano de Andaraí, um clube pobre e quase varzeano, seria promovido à primeira divisão carioca em 1915; em São Paulo, o Corinthians, fundado por trabalhadores comuns, e o Palestra Itália⁵³, da excluída colônia italiana, cresciam em popularidade e prestígio; o Sport Club Internacional, de Porto Alegre, também seria pioneiro em aceitar jogadores negros.

O evento mais significativo desse período foi protagonizado pelo Clube de Regatas Vasco da Gama, clube da colônia portuguesa do Rio de Janeiro. O Vasco, um time insignificante até 1922, tinha por princípio acolher jogadores tendo como primeiro critério a qualidade com a bola nos pés. Já onde os grandes clubes se recusavam a ir, as peladas da periferia, para recrutar atletas. Em 22 o Vasco foi campeão carioca da segunda divisão com um time formado quase exclusivamente por trabalhadores braçais, muitos dos quais negros e mulatos. Mais: no ano seguinte, esse mesmo time sagrou-se campeão da primeira divisão, superando os exclusivistas Fluminense, Flamengo, Botafogo e América. Era o primeiro título de um clube com negros e pobres no time.

A reação foi rápida. “O que acontecera em 23 precisava não se repetir mais. Era que explicava a AMEA. Em 24 nascia a AMEA, uma liga de grandes clubes, sem o Vasco” (FILHO, 2003, p. 129). AMEA era a Associação Metropolitana de Esportes Athleticos, que substituiria a Liga Metropolitana, que até então geria o futebol

⁵¹ Primeiro time de Mané Garrincha, ainda na juventude.

⁵² GOLDBLATT, David, *op. cit.*, p. 137

⁵³ Atual Sociedade Esportiva Palmeiras.

carioca. A nova organização impunha um sem-número de condições para que os times pudessem fazer parte dela. Em tom satírico, Mário Filho explica:

“Quem não estudasse, quem não trabalhasse, não podia jogar. Quem não explicasse, direitinho, como arranjava dinheiro para viver, não podia jogar. E mesmo [assim], só podia jogar se tivesse um emprego decente. Empregados subalternos estavam riscados. Tinha graça que os moços de boa família fossem para o campo levar pontapés de soldados, de marinheiros, de estivadores. Estivadores jogando, era por isso que o futebol ia para trás” (FILHO, 2003, p. 130)

O Vasco burlava o sistema graças aos comerciantes portugueses, que davam empregos fantasmas aos jogadores em seus armazéns⁵⁴. Quando a AMEA passou a exigir que os clubes possuíssem campos próprios, a comunidade portuguesa cotizou-se para financiar a construção do estádio de São Januário, em 1927, então o maior estádio particular do Brasil. Com o tempo a AMEA acabou resignando-se com a presença do Vasco e seus negros e pobres, já que o time atraía multidões e gerava dinheiro para a liga.

A aceitação dos negros e mulatos no futebol não foi um passe de mágica, mas a partir daí passou a ser inevitável. Foi o passo definitivo para que o futebol se abrisse para os brasileiros, pois deixava definitivamente de ser uma diversão estrangeira apreciada por alguns poucos para incluir todos aqueles que tivessem alguma coisa a acrescentar ao jogo. O futebol, por assim dizer, “mestiçou-se”. Com a inclusão do verdadeiro povo brasileiro, ganhou elementos nacionais, que se misturaram aos aspectos importados para criar um estilo “dionisíaco” de jogar bola. Gilberto Freyre, escrevendo sobre esse nova concepção do esporte que o Brasil inventava, comparou-a a uma “dança”, em que, ao contrário do jogo europeu, de “ação mecanizada”, “a pessoa se destaca e brilha”^{55 56}.

⁵⁴ FILHO, Mário. O negro no futebol brasileiro. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2003, p. 138

⁵⁵ FREYRE, Gilberto *apud* GUTERMAN, Marcos, *op. cit.*, p. 84

⁵⁶ A valorização da individualidade, curiosamente, deve alguma coisa à Europa. Quando Charles Miller aprendeu futebol em Southampton, a regra do impedimento, um dos aspectos mais complexos do jogo, era muito mais rígida do que é hoje, de forma que o passe para frente era um fundamento pouco usual. A forma mais eficiente de avançar a bola era através da corrida individual, muitas vezes acompanhada do drible. Miller acabou tornando-se adepto, portanto, da escola do *dribbling*, em vez da do *passing* – mais influente, por exemplo, na Escócia, onde, antes da unificação das regras, não havia a regra do impedimento. Trouxe essa preferência para o Brasil e deixou aqui a herança do drible, que faz até hoje a fama de tantos craques brasileiros.

Se a popularização do jogo encaminhava-se, o amadorismo persistia. Ainda não era possível ganhar dinheiro honesto jogando futebol. Por baixo dos panos, porém, havia a prática do pagamento do “bicho”, um valor previamente combinado que deveria ser entregue aos jogadores em caso de vitória, título ou gol marcado. Isso gerava situações desconfortáveis, como jogadores trocando de clube em troca de um quarto mobiliado⁵⁷, fingindo doenças em dia de jogo que saravam instantaneamente com um “bicho” adiantado⁵⁸ ou aceitando dinheiro dos adversários para entregar a partida⁵⁹.

O profissionalismo já contava com defensores ferrenhos na imprensa, entre os atletas e até entre alguns dirigentes, enquanto o amadorismo também tinha seus paladinos. Rivadávia Meyer, presidente do Flamengo e futuro presidente da Confederação Brasileira de Desportos, chegou a declarar que um jogador profissional seria como um “gigolô”. “O clube lhe dá todo o material necessário para jogar e se divertir com a pelota e ainda quer dinheiro? Isso eu não permitirei no Flamengo. O profissionalismo avilta o homem”⁶⁰. Do outro lado, o jogador Amílcar Barbuy, ídolo de Corinthians e Palestra Itália, disse o seguinte quando se transferiu para o futebol italiano, em 1930: “Cansei de ser amador no futebol onde essa condição deixou há muito de existir, maculada pelo regime hipócrita da gorgeta que os clubes dão aos seus jogadores, reservando-se [sic] para si o grosso das rendas. Durante 20 anos prestei desinteressadamente ao futebol nacional os meus modestos serviços. Que aconteceu? Os clubes enriqueceram e eu não tenho nada. Sou pobre. Vou para o país onde sabem remunerar a capacidade do jogador”⁶¹.

Foram motivos de força maior que desencadearam a profissionalização do futebol brasileiro. A partir dos anos 30, jogadores nacionais passaram a ser procurados por clubes estrangeiros, de países onde o profissionalismo já existia. Diante da proposta de contratos firmados e bons salários, os atletas não hesitavam. Os três irmãos Fantoni do Palestra Itália mineiro⁶², Niginho, Ninão e Nininho, foram para a Lazio, da Itália, em 1930⁶³. Em 1931, Jaguaré, Fausto e Fernando

⁵⁷ FILHO, Mário, *op. cit.*, p. 156

⁵⁸ FILHO, Mário, *op. cit.*, p. 171

⁵⁹ FILHO, Mário, *op. cit.*, p. 245

⁶⁰ GOLDBLATT, David, *op. cit.*, p. 171

⁶¹ Idem

⁶² Atual Cruzeiro Esporte Clube.

⁶³ COELHO, Paulo Vinicius. Bola fora: A história do êxodo do futebol brasileiro. São Paulo: Panda Books, 2009, p. 45

excursionaram pela Espanha com o Vasco e por lá ficaram, contratados pelo Barcelona⁶⁴. Foram apenas os primeiros da fila de uma verdadeira debandada de atletas rumo à Europa. Outro destino era o Uruguai, que adotou o profissionalismo como resposta ao assédio dos europeus. Para lá seguiram, entre outros, Feitiço, Domingos da Guia e Leônidas da Silva⁶⁵.

Foi a solução para o Brasil, que instituiu enfim o profissionalismo no futebol em 1933. Foi como virar uma página. Clubes tradicionalíssimos, como o Paulistano, fecharam seus departamentos de futebol em protesto. O amadorismo ainda tentou persistir em algumas ligas, mas estas rapidamente ficaram à margem do esporte e também cessaram as atividades. Muitos atletas retornaram para os gramados brasileiros com a novidade. A última pá de terra no amadorismo viria na Copa do Mundo de 1934, em que a preparação da seleção brasileira pela CBD, caótica, resultou na pior campanha do país em um mundial: eliminação na estreia diante da Espanha⁶⁶. Era a prova final de que a mudança era necessária.

Foi outra Copa do Mundo que sacramentou a nova fase do futebol brasileiro. Em 1938, na França, o Brasil enviou um time forte, em que os dois maiores astros eram negros – Leônidas, do Flamengo, e Domingos, então no Corinthians. A seleção alcançou as semifinais, em que caiu de pé diante da eventual campeã Itália, e acabou em terceiro lugar. No mesmo ano, em congresso da FIFA realizado em Paris, o país iniciaria uma caminhada muito significativa para seu futebol. O jornalista Célio de Barros, que representava a CBD, propôs a candidatura brasileira para sediar a Copa de 1942, que seria a próxima⁶⁷.

A Copa de 42 evidentemente nunca aconteceu. A Segunda Guerra Mundial extinguiu qualquer possibilidade de se realizar um grande campeonato internacional de futebol e, de um modo geral, paralisou o esporte na Europa. Em gramados sul-americanos, entretanto, a bola continuou a rolar, e os brasileiros empolgavam-se cada vez mais com o jogo e com os grandes times que surgiam aos borbotões. No Rio, o Vasco encantava com seu “Expresso da Vitória”, apelido da equipe que tinha jogadores como Barbosa, Danilo e Ademir. Em São Paulo, o São Paulo Futebol

⁶⁴ COELHO, Paulo Vinicius, *ibidem*, p. 55

⁶⁵ COELHO, Paulo Vinicius, *ibidem*, pp. 62-63

⁶⁶ A desorganização entre os dirigentes já havia custado ao Brasil a Copa de 1930. Os cartolas cariocas e paulistas racharam e o time nacional não contou com jogadores que atuavam em São Paulo. A seleção fez dois jogos (uma derrota e uma vitória) e voltou para casa.

⁶⁷ GUTERMAN, Marcos, *op. cit.*, p. 84

Clube despontava e dominava as atenções com seu “Rolo Compressor”. Outro “Rolo Compressor” era o Internacional de Porto Alegre, que tinha no elenco o único grande craque do país a jogar fora do eixo Rio-São Paulo: o ponta-direita Tesourinha. Outro jogador de destaque a atuar em um centro sulista era o goleiro Alfredo Gottardi, o Caju, ídolo do Atlético Paranaense que fomentava sua rivalidade com o Coritiba. Em Minas Gerais o Palestra Itália transformava-se em Cruzeiro e começava a medir forças com o Atlético. Pernambuco, Bahia e Pará admiravam a soberania de Sport, Bahia e Paysandu⁶⁸.

O fim da guerra trouxe a perspectiva de retomar a Copa do Mundo. Com a Europa em pedaços, o Brasil, firme em seus propósitos, surgia como única alternativa para a realização do evento, marcado para 1950. Assim foi confirmado, em 1946. A Copa era vista como o grande cartão de visitas do país para entrar no grupo das nações desenvolvidas. Finalmente o Brasil iria ao encontro de seu eterno destino. Era o sonho do “Brasil grande” manifestado. Para total consolidação, nada melhor do que a construção de um colossal estádio para abrigar a festa do futebol. O Maracanã foi planejado para ser o maior estádio do mundo, com capacidade para mais de 100 mil pessoas – e, implicitamente, para ser o salão de festas do título mundial que sem dúvida viria. “O Maracanã seria [...] a prova de que poderíamos eventualmente superar aquilo que de melhor havia na Europa, como prova da pujança nacional” (GUTERMAN, 2009, pp. 89-90).

A confiança na seleção era enorme. Em 1949 o time venceu o Sul-Americano de forma avassaladora, atropelando na final o Paraguai por 7-0. Comandada por Flávio Costa, técnico também do “Expresso da Vitória” do Vasco, a equipe brasileira era provavelmente a melhor já montada em todos os tempos. Costa pudera dar-se ao luxo de não convocar o grande Leônidas da Silva – que, mesmo veterano, ainda brilhava no São Paulo. Mais do que isso, a diversidade étnica do time era, finalmente, celebrada, em lugar de ser amaldiçoada. Jogadores como Barbosa, Juvenal, Bigode e Zizinho, negros, eram titulares absolutos tanto em seus clubes quanto na seleção. Havia pouca ou nenhuma dúvida de que o Brasil seria campeão do mundo.

A campanha da seleção engrenou de verdade no quadrangular final, de que participavam ainda Suécia, Espanha e Uruguai, depois de golear os dois primeiros

⁶⁸ SANDER, Roberto. Anos 40: Viagem à década sem Copa. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004, pp. 201-203

adversários (com direito às arquibancadas do Maracanã entoando em coro a marchinha “Touradas em Madri” contra a Espanha), a certeza foi às alturas. Até porque o Uruguai, oponente no jogo decisivo⁶⁹, tivera dificuldades contra suecos e espanhóis. Bastava ao Brasil um empate para levantar a taça em casa, como há muito estava previsto.

Os dias que antecederam a final foram de festa antecipada. Na véspera, os jogadores da seleção foram levados para o estádio de São Januário, deram milhares de autógrafos para convidados e receberam visitas de políticos, que discursaram aos atletas. Um jornal⁷⁰ estampou sua capa no dia da decisão com as palavras “Estes são os campeões do mundo” e uma foto do time. Obdulio Varela, capitão uruguaio, comprou vários exemplares e levou-os para o hotel, para mostrar a seus companheiros como forma de estímulo⁷¹.

Não é preciso fazer nenhum suspense aqui, pois sabe-se que, em 16 de julho de 1950, o Brasil perdeu. Perdeu aquele jogo por 2-1, de virada, e perdeu a Copa do Mundo. Foi um grande trauma nacional que até hoje assombra torcedores de todas as gerações. Resignado com a derrota, o Brasil passou a procurar culpados. E imediatamente os olhares voltaram-se para Barbosa, o goleiro que, supostamente, falhou nos gols, Juvenal, zagueiro que o técnico Flávio Costa classificou de “cachaceiro”⁷², e Bigode, lateral-esquerdo acusado de vacilar na marcação ao uruguaio Alcides Ghiggia, principal nome da partida⁷³. Os três, negros, foram responsabilizados pela derrota. A Copa do Mundo, que deveria ter consolidado a união no futebol brasileiro, na verdade acabou reacendendo o preconceito. “Era o que dava, segundo os racistas que apareciam aos montes, botar mais mulatos e pretos do que brancos num escrete brasileiro” (FILHO, 2003, p. 290).

Vários daqueles jogadores nunca mais atuaram pela seleção de novo. A questão do racismo no futebol brasileiro continuou viva por mais uma década. Seria preciso que o futebol brasileiro entrasse em uma era de ouro, e que aparecessem os

⁶⁹ A Copa de 50 não previa uma final. Os times do quadrangular se enfrentariam e o campeão seria aquele com melhor desempenho nessa fase. O fato de Brasil e Uruguai terem jogado entre si pelo título no último jogo da Copa foi uma mera coincidência.

⁷⁰ Segundo Marcos Guterman, *A Noite*. Segundo André Ribeiro, *O Mundo*.

⁷¹ GUTERMAN, Marcos, *op. cit.*, p. 95

⁷² FILHO, Mário, *op. cit.*, p. 290

⁷³ Bigode ainda levou fama de covarde e fraco de espírito graças a boatos de que, durante o jogo, teria levado um tapa de Obdulio Varela, não reagido e, a partir daí, seu desempenho teria caído. Ambos, Varela e Bigode, sempre negaram o caso.

melhores do mundo, para que novamente se operasse uma revolução no modo de pensar.

Em 1958 a seleção brasileira embarcou para a Suécia para disputar mais uma Copa. Jam com o time vários jogadores negros, mas apenas um era titular: o meia Didi. O brasileiro ainda não confiava plenamente em seus atletas não-brancos. Mesmo em Djalma Santos, único a se destacar na Copa anterior, em 1954. Mesmo em Garrincha, que já encantava pelo Botafogo e fizera exhibições memoráveis com a camisa nacional⁷⁴. E muito menos naquele menino Pelé, bom jogador, mas muito jovem ainda. Eles teriam que sentar no banco.

Fala-se até hoje em uma “rebelião” de jogadores que teria exigido a escalação de Garrincha e Pelé a partir da terceira rodada do mundial. Nunca aconteceu⁷⁵, mas o fato é que os dois ganharam naturalmente lugar no time contra a União Soviética e fizeram uma exibição tão boa que não saíram mais. O desempenho da seleção melhorou muito com a “dupla dinâmica”⁷⁶, e o Brasil tornou-se um dos principais favoritos – o que não era antes do torneio. Didi mostrou fibra na semifinal: o Brasil saiu perdendo para a França, mas o meia catou a bola do fundo das redes e marchou até o meio-de-campo exortando seus companheiros em direção à virada, que veio. Para completar, Djalma Santos pôde jogar a final, devido a uma contusão do titular De Sordi. Tomou conta do sueco Lennart Skoglund, um dos melhores da Copa, e acabou eleito o melhor lateral-direito do mundial com apenas esse jogo. Com oito anos de atraso o Brasil rendia-se ao futebol mestiço que Gilberto Freyre já havia celebrado.

Na linha de frente desse novo momento estava Pelé. Filho de João Ramos do Nascimento, o Dondinho, jogador de futebol, e de Celeste Arantes do Nascimento, o garoto Edson deu seus primeiros chutes no time juvenil do Bauru Atlético Clube, onde foi descoberto pelo ex-jogador Waldemar de Britto, goleiro da seleção na Copa de 1934. Britto viu o potencial do menino e indicou-o para o Santos Futebol Clube. Apesar dos protestos da mãe, que não queria um filho jogador, Edson, que já era Pelé graças aos amigos de Bauru, que o apelidaram, foi para o litoral. Estreou no

⁷⁴ Num amistoso pré-Copa contra a Fiorentina, da Itália, Garrincha protagonizou um lance sensacional: driblou toda a defesa adversária e colocou-se de frente para o gol, mas, em vez de marcar, esperou um dos zagueiros voltar, esbaforido, só para driblá-lo novamente. Aí sim fez o gol. A comissão técnica ficou indignada, considerou-o muito imaturo para uma Copa do Mundo e até cogitou excluí-lo do grupo. O lateral-esquerdo Nilton Santos, uma espécie de padrinho de Garrincha no futebol, bancou a permanência do colega.

⁷⁵ RIBAS, Lycio Vellozo. O mundo das Copas. São Paulo: Lua de Papel, 2010, p. 101

⁷⁶ O Brasil nunca perdeu um jogo de futebol quando teve Garrincha e Pelé jogando juntos.

time “de cima” do Santos em 1956, para entrar para a história. Já no ano seguinte inaugurava sua carreira na seleção brasileira, e, assim, tornaria-se um ídolo de todo o país. O Brasil aprendeu a admirar e idolatrar Pelé, o rei do futebol.

Por outro lado, havia Manoel Francisco dos Santos, o Mané, o Garrincha. Natural de Pau Grande, no Rio de Janeiro, Garrincha foi uma criança pobre, porém muito ativa. Sua mais notável característica, além de sua irreverência, eram as pernas, arqueadas, a direita para dentro e a esquerda para fora. Era quase um milagre o menino andar, quanto mais jogar bola. Mas ele jogava, e muito bem. Só não vingou no time local, de propriedade da fábrica de tecidos América Fabril, por ser um péssimo empregado. Fez testes para clubes maiores da capital e em todos foi recusado. No Botafogo, porém, fez a proeza de deixar o ídolo Nilton Santos sentado no chão com seus dribles. Santos vaticinou: “Melhor ele conosco do que contra nós”⁷⁷. Garrincha foi contratado e, com seu jeito brincalhão de jogar, logo cativou todos os torcedores. Virou a alegria do povo.

O jornalista inglês Alex Bellos escreveu um livro chamado *Futebol: O Brasil em campo*, em que relata suas impressões sobre o futebol do país. Em um dos capítulos, tenta comparar as imagens de Pelé e Garrincha na cabeça do brasileiro. É uma visão interessante, por aproximar dois modos de apreciar o futebol:

“Pelé é conhecido no Brasil como *O Rei*. Em 1963, foi lançado um filme biográfico chamado *Garrincha, alegria do povo*. Os apelidos dizem tudo. Pelé é reverenciado. Garrincha é adorado. [...] Pelé, acima de tudo, simboliza a vitória. Garrincha simboliza jogar pelo prazer do jogo” (BELLOS, 2003, pp. 100-103)⁷⁸

O título mundial (que se transformaria em bicampeonato quatro anos depois) foi também fruto de uma maior organização dos preparativos da seleção, cuidado que havia sido ignorado em Copas anteriores. O presidente da CBD, João Havelange, escolheu como chefe de delegação o empresário de comunicações Paulo Machado de Carvalho, fundador da Rádio Record e da TV Record, e ambos

⁷⁷ GUTERMAN, Marcos, *op. cit.*, p. 115

⁷⁸ A citação é tirada de um capítulo dedicado a Garrincha. Nele, Bellos sugere que o povo brasileiro sente Garrincha mais próximo de si do que Pelé, porque haveria a sensação de que Pelé é mais universal, enquanto Garrincha é mais brasileiro. Ele ainda diz que essa proximidade distinta também se deve ao fato de que o Brasil “não é um país de vencedores. É um país de gente que gosta de se divertir” (p. 103), o que facilitaria a identificação com Garrincha, que teve uma vida trágica fora do futebol apesar de seus títulos. Não entraremos nessa discussão.

implantaram uma comissão técnica pioneira, baseada no que havia de mais moderno em preparação esportiva. Além do tradicional quarteto de técnico, médico, massagista e roupeiro, o grupo incluía dois administradores, um preparador físico, um dentista, um psicólogo e um massagista extra⁷⁹. Antes de partir para a Suécia, os jogadores passaram por minuciosos exames com traumatologistas, neurologistas, oftalmologistas, cardiologistas e otorrinos⁸⁰. Era uma nova etapa na profissionalização do futebol brasileiro.

Os títulos mundiais de 1958 e 1962 marcaram o período mais dourado do futebol no Brasil. A geração bicampeã espalhava-se pelos gramados do país encantando torcedores de vários clubes. Os que mais se destacavam eram o Santos, de Pelé, Pepe, Zito, Coutinho, Gilmar e Mauro, e o Botafogo, de Garrincha, Nilton Santos e Didi. Juntos, naquela década, venceram 11 campeonatos estaduais, seis torneios Rio-São Paulo e sete campeonatos nacionais, entre Taças Brasil e Torneios Roberto Gomes Pedrosa (“Robertão”). Os anos 60 serviram ainda para revelar vários outros craques que brilharão na conquista do tri, em 1970, no México.

A conquista de 70 teve um pouco de demonstração de profissionalismo na preparação para uma Copa do Mundo e um pouco de demonstração de ingerência política no futebol. Ela sucedeu o fiasco de 1966, quando a CBD, orgulhosa, desmontou a comissão de Paulo Machado de Carvalho e forçou a convocação de nada menos do que 46 jogadores – dos quais 24, evidentemente, seriam cortados. Com uma combinação de treinamentos irregulares e ineficientes, falta de preocupação com a parte física, Garrincha em má fase e Pelé machucado na estreia, o Brasil deu vexame e caiu na primeira fase⁸¹. Já no México, em 70, seria diferente.

Um percalço houve. O técnico escolhido havia sido João Saldanha, combativo jornalista que já havia tido sucesso treinando o Botafogo, seu time do coração. Saldanha não titubeou, recitou seu time titular já em sua coletiva de apresentação e dedicou-se a reunir um time de craques que soubesse jogar bonito. Eram “as feras do Saldanha”. Apesar do excepcional desempenho da equipe nas eliminatórias, o técnico não conseguia fugir de polêmicas. Era temperamental e centralizador.

⁷⁹ GUTERMAN, Marcos, *op. cit.*, p. 122

⁸⁰ *Idem.*

⁸¹ RIBAS, Lycio Vellozo, *op. cit.*, pp. 140-141

Chegou a barrar Pelé⁸², para desespero do país, e, em 16 de março do ano da Copa, invadiu a concentração do Flamengo (segundo alguns⁸³, armado) para brigar com o técnico rubro-negro, Yustrich, que o havia criticado na imprensa. No dia seguinte estava demitido⁸⁴.

O substituto foi Mário Zagallo, ex-jogador campeão em 58 e 62. Zagallo encontrou um time já bem estabelecido, mas é injusto dizer que ele apenas aproveitou o que Saldanha já havia montado. O novo treinador resolveu problemas na defesa e encontrou uma maneira de fazer os cinco principais jogadores ofensivos do Brasil – Pelé, Gérson, Rivellino, Tostão e Jairzinho – atuarem juntos, o que Saldanha não havia conseguido. A comissão de Zagallo foi preenchida com militares, como o brigadeiro Jerônimo Bastos, chefe de delegação, e o capitão Cláudio Coutinho, preparador físico. O grupo conduziu um bem-sucedido plano para adequar os jogadores à altitude e ao clima do México, o que nenhuma outra seleção conseguiu apropriadamente naquele mundial.

O tricampeonato do Brasil foi conquistado de maneira brilhante. Seis vitórias em seis jogos, algumas exibições de gala e uma sonora goleada na final sobre uma grande seleção italiana que não viu a cor da bola – em parte, vale dizer, por causa do cansaço derivado de uma épica semifinal disputada dias antes contra a Alemanha. O capitão Carlos Alberto Torres selou o título com um goloço em uma jogada coletiva que é estudada e apreciada até hoje; e com o beijo na Taça Jules Rimet antes de erguê-la e trazê-la definitivamente para o Brasil – prerrogativa do país que primeiro vencesse três vezes a Copa do Mundo.

Aquele time, em particular, ficou eternizado como um dos maiores de todos os tempos em Copas do Mundo e colocou o futebol brasileiro num patamar internacional de onde até hoje, mesmo em seus piores momentos, não desceu. Mesmo por vezes não a justificando, o Brasil ainda tem a fama de possuir o melhor futebol do mundo. Os feitos de 58, 62 e 70 tiveram grande responsabilidade nisso. É claro que os craques que vieram nos anos posteriores (Zico, Sócrates, Falcão,

⁸² GUTERMAN, Marcos, *op. cit.*, p. 166

⁸³ GUTERMAN, Marcos, *op. cit.*, p. 165

⁸⁴ A história mais famosa sobre a demissão de Saldanha fala de uma tentativa de interferência no time por parte do presidente da República, o general da linha-dura Emílio Médici, que teria pedido a convocação do atacante Dario, do Atlético Mineiro. O técnico, comunista inveterado, teria respondido com a famosa frase “Eu não indico o seu ministério, o senhor não escala o meu time”. Não há fonte segura que confirme que esse caso realmente aconteceu, ou que garanta que a incompatibilidade ideológica entre Saldanha e o regime militar tenha sido decisiva na demissão. Seja como for, o substituto de Saldanha, Zagallo, convocou Dario.

Careca, Romário, Bebeto, Rivaldo, Ronaldo, Ronaldinho, Kaká...) ajudaram a ajudar a representar bem o futebol brasileiro, mas eles não tiveram (ou tiveram em escala muito menor) algo de que seus antecessores desfrutaram: o poder da crônica esportiva para glorificá-los.

A partir dos anos 70 o Brasil teria a instituição, pela primeira vez⁸⁵, de um campeonato nacional de clubes regular, ideia que havia sido esboçada em anos anteriores mas nunca consolidada de forma integral. Um brasileiro, João Havelange, assumiria a presidência da FIFA e transformaria o futebol mundial, para melhor e para pior. A CBD seria desmembrada e daria origem, entre outras instituições, à Confederação Brasileira de Futebol (CBF), que até hoje comanda o esporte no país. A seleção brasileira seria transformada numa marca, e contratos de patrocínio seriam investigados em uma nebulosa CPI no Congresso Nacional, em 2001, que destrinchou o futebol nacional e expôs uma série de práticas maléficas. Sim, a história do futebol brasileiro ainda é muito mais extensa, mas os acontecimentos a partir dos anos 70 não nos interessam particularmente, pois a atuação da crônica esportiva, nosso assunto, é muito mais intensa no período anterior. É isso que começamos a ver a partir de agora.

⁸⁵ Em dezembro de 2010, a CBF acatou um dossiê elaborado pelo jornalista Odir Cunha e passou a tratar a Taça Brasil e o Torneio Roberto Gomes Pedrosa (“Robertão”) como equivalentes ao Campeonato Brasileiro, do qual foram precursores. O Campeonato Brasileiro, com este nome, teve sua primeira edição em 1971, enquanto a Taça Brasil durou de 1959 a 1968 e o Robertão foi disputado entre 1967 e 1970. Segundo a nova resolução da CBF, portanto, o primeiro campeonato brasileiro (em minúsculas mesmo, para não confundir com o torneio criado em 71) data de 1959. Por questões técnicas que não serão profundamente elaboradas aqui, o Campeonato Brasileiro de 1971 foi o primeiro verdadeiramente nacional. Este trabalho não entrará no mérito da questão da unificação dos campeonatos, que rende até hoje debates na imprensa esportiva.

A Parceria

Escreve-se sobre futebol no Brasil desde os primórdios do esporte no país, mesmo quando ainda era uma curiosa invenção estrangeira trazida para cá por rapazes. Possivelmente o primeiro relato de um observador externo sobre o jogo foi o de autoria de Celso de Araújo, cronista de São Paulo que, ao deparar-se com Charles Miller e seus amigos batendo bola, escreveu o seguinte a Alcindo Guanabara, seu colega de profissão e amigo do Rio de Janeiro:

“Lá pelos lados da Luz, do Bom Retiro, um grupo de britânicos, maníacos que só eles, punham-se, de vez em quando, mais propriamente aos sábados, dia de descanso laboral, a dar pontapés numa coisa parecida com bexiga de boi, dando-lhe [sic] grande satisfação e pesar, quando essa espécie de bexiga amarelada entrava num retângulo formado por paus”⁸⁶

Nota-se que o esporte ainda era visto como uma excentricidade. Mais importante ainda: o relato de Celso de Araújo não foi cogitado para publicação. O jornalista presenciou o acontecimento, mas comunicou-o apenas em correspondência pessoal, sem cogitar publicá-lo. De fato, em 1894, quando Charles Miller começava a difundir o futebol entre seus pares, o esporte em geral não era considerado um tema para a imprensa. Isso só começaria a mudar no início do século XX.

Devemos retomar Nelson Werneck Sodré e o que ele conta sobre as mudanças por que passa o jornalismo brasileiro na virada de século. A “transição da pequena à grande imprensa” (SODRÉ, 1966, p. 315), como vimos no capítulo “A Crônica”, caracterizou-se pelo fim da “boemia” entre os jornalistas, e acarretou também uma mudança entre os assuntos dos quais os jornais tratavam. Assim, uma das características do período foi

“o aparecimento de temas antes tratados como secundários, avultando agora, e ocupando espaço cada vez maior, os policiais com destaque, mas também os esportivos e até os mundanos. [...] Em crônica na Gazeta de Notícias, de 1908, Olavo Bilac aludia ao desenvolvimento do esporte, entre nós, considerando o largo espaço que os jornais

⁸⁶ RIBEIRO, André. Os donos do espetáculo: Histórias da imprensa esportiva no Brasil. São Paulo: Terceiro Nome, 2007, p. 20

começam a dedicar-lhe e as quatro ou cinco revistas especializadas no gênero que circulam no Rio” (SODRÉ, 1966, pp. 338-340)

Chegava, então, o esporte aos jornais, graças a novas configurações da imprensa brasileira. Mas o futebol não era, imediatamente, o de maior destaque. Apesar de, naquele período, ainda ser um esporte da elite, não era tão prestigiado quanto, por exemplo, o remo.

[Q]uem era do remo olhava quem era do futebol por cima. Julgando-se superior, mais fino. O futebol não despertava o entusiasmo do remo. Em dia de regata, na Enseada de Botafogo, sempre à tarde, na hora do futebol, não havia jogo. Nenhum clube, nem o Fluminense, nem o Botafogo, se atrevia a marcar jogo para o mesmo dia, para a mesma hora. Talvez os torcedores sem colarinho e gravata fossem. Era quase certo, porém, que as arquibancadas ficassem vazias. [...] Os jornais falavam mais de remo. Dedicavam uma página inteira para o *rowing* em dia de regata. Nesse dia não havia lugar para o noticiário do futebol, sempre mais escasso, espremido, numa coluna. Nada de manchetes, de crônicas, de fotografias” (FILHO, 2003, pp. 47-48)

A importância do remo para os cronistas pode ser bem ilustrada por um longo texto de Olavo Bilac intitulado “Salamina”, datado de 1890⁸⁷ ou 1900⁸⁸. Nele, o autor fala de modo engrandecedor sobre uma determinada regata em Botafogo. O tom épico da crônica é acentuado por constantes referências de Bilac à Batalha de Salamina, um importante confronto naval entre gregos e persas em 480 a.C., durante as Guerras Médicas. O texto termina com uma exortação: “Ao mar, gente moça! [...] Meninos! Foram músculos como esses que ganharam a Batalha de Salamina!”⁸⁹

O futebol acabou suplantando naturalmente o remo na preferência popular e, conseqüentemente, nas páginas dos jornais, mas ainda levaria algum tempo até que os periódicos decidissem abordar com maior profundidade o esporte bretão – “mais por questão de [falta de] espaço do que por falta de interesse” (COELHO, 2008, p.

⁸⁷ FILHO, Mário, *op. cit.*, p. 48, nota 2. Na verdade Mário Filho escreve que a publicação da crônica foi em 1990, o que é claramente um equívoco. Considerando que pode ter sido um erro de digitação, o mais provável é que ele tenha querido dizer 1890.

⁸⁸ LUCENA, Ricardo de Figueiredo. O esporte na cidade: Aspectos do esforço civilizador brasileiro. Campinas: Autores Associados, 2001, p. 75

⁸⁹ http://www.lazer.eefd.ufrj.br/remo/docs/f6_rm03b.html, acessado em 31/03/2011, às 16h17

11). Mesmo em fins da década de 20, com os campeonatos estaduais plenamente estabelecidos e após o Brasil já ter faturado dois títulos sul-americanos (um deles em casa), o futebol ainda ficava atrás, por exemplo, do turfe no quesito destaque midiático⁹⁰.

Devemos lembrar que, nos primórdios da crônica, o tipo dominante de texto era a chamada crônica de costumes, que se preocupava em narrar os fatos da vida social da elite. Foi dessa forma que o futebol entrou na imprensa. Os primeiros relatos pareciam dar mais importância às notáveis figuras nas arquibancadas do que às partidas em si. A presença das damas e senhoritas – o “belo sexo” – era ressaltada, bem como suas “riquíssimas *toilettes*” que embelezavam “o adorno da festa”. Em dia de jogo, o Velódromo Paulistano, por exemplo, recebia em peso “tudo o que de mais seletivo havia na Pauliceia”⁹¹.

Também havia a preocupação de salientar os bons modos da audiência. Marcos Guterman resgata um texto do *Jornal do Commercio*, datado de 1904, que trata de “reprováveis cenas” em uma partida entre SPAC e Germânia:

“[T]emos de fazer uma grave censura a grande parte dos espectadores que assistiram ao *match* de ontem. Esses assistentes, por diversas vezes, vaiaram jogadores e juiz [...] e, o que mais nos dói dizer (oh! vergonha) notamos com grande sentimento que até rapazes de outros clubes [...] também se excediam, fazendo protestos pouco dignos de suas posições” (GUTERMAN, 2009, p. 25)

As “posições” mencionadas sendo, naturalmente, sociais, não dentro da configuração tática do jogo.

Essa postura do jornalismo frente ao esporte – noticiar os eventos não pelo jogo ou pela disputa em si, mas pela reunião social que eles proporcionavam – não era exclusiva para o caso do futebol. Porém, foi graças o jogo da bola chutada que, acredita-se, surgiu o primeiro profissional da imprensa dedicado a cobrir um esporte pelo próprio esporte. Mário Cardim, filho de um juiz federal, trabalhava para o *Estado de S. Paulo* como repórter ao mesmo tempo em que cursava a faculdade de Direito. Cardim foi um dos fundadores do Paulistano e frequentava um círculo de amigos que incluía pioneiros do futebol como Charles Miller, Antônio Casemiro da Costa, o

⁹⁰ COELHO, Paulo Vinicius, *op. cit.*, p. 11

⁹¹ GUTERMAN, Marcos, *op. cit.*, pp. 24-25

Costinha, que conheceu o esporte na Suíça, Hans Nobiling e Arthur Ravache, fundadores do Germânia; e membros da alta sociedade paulistana como Antônio Prado Jr., filho do prefeito Antônio Prado, e René Vanorden, diretor do Colégio Mackenzie⁹².

Em uma das frequentes reuniões da turma na Rotisserie Sportsman, foi o jornalista quem propôs a criação da Liga Paulista de Futebol. Ato contínuo, prometeu brigar para colocar o esporte, pelo qual todos já eram apaixonados, no radar do *Estado*, admitindo, porém, que seria difícil persuadir imediatamente seus chefes a dedicarem espaço do periódico com o esporte⁹³.

Cardim acabou convencendo seu jornal de que valia a pena apostar naquela nova mania, e passou a escrever sobre partidas de futebol para as páginas do *Estado*. A moda pegou também no Rio de Janeiro, onde, em 1901, o *Correio da Manhã* passou a publicar curtas notas sobre jogos. Na primeira delas, intitulada “Uma pequena nota: Foot-ball”, redigida por Frederico Cardozo de Menezes, era palpável a objetividade do material, mas já havia um traço de envolvimento maior:

“No vasto campo do The Rio Cricket em Icarahy, realiza-se hoje, pela primeira vez no Rio de Janeiro, uma partida de football. O jogo principiará às 8 horas da manhã, sendo dois os partidos com as denominações Brasil X Inglaterra. O entusiasmo é grande, palpítamos pela vitória do primeiro dos bandos”⁹⁴

A nota divulgada pós-jogo relatava que “o placar esteve indeciso”, devido ao resultado de 1-1 entre as equipes⁹⁵. Como se vê, ainda havia pouco desembaraço para escrever sobre futebol.

Em 1902 foi realizada a primeira partida interestadual do Brasil, quando atletas cariocas viajaram até São Paulo para desafiar Charles Miller e os outros paulistas. Mário Cardim providenciou divulgação no *Estado*, falando não só dos embates como também “da presença de ‘distintas famílias’” (RIBEIRO, 2007, p. 25). O sucesso da

⁹² RIBEIRO, André, *op. cit.*, pp. 20-21

⁹³ *Idem.*

⁹⁴ BOTELHO, André Ricardo Maciel. Da geral à tribuna, da redação ao espetáculo: A imprensa esportiva e a popularização do futebol (1900-1920). In: SANTOS, Francisco Carlos Teixeira dos e SANTOS, Ricardo Pinto dos (org.). *Memória social dos esportes – Futebol e política: A construção de uma identidade nacional*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2006, p. 327. Ressalte-se que não era uma partida entre selecionados nacionais, apesar dos nomes dos times. A primeira equipe considerada uma seleção brasileira reuniu-se apenas em 1914.

⁹⁵ RIBEIRO, André, *op. cit.*, pp. 23-24

empreitada deu base para a organização do primeiro Campeonato Paulista, em 1902. Seria um grande argumento para o futebol virar pauta de forma definitiva.

É nítido que, se não tivesse os contatos que tinha e não circulasse nos meios em que circulava, Cardim provavelmente não conseguiria emplacar o futebol como assunto fixo em seu jornal. Por outro lado, é difícil afirmar com certeza se, caso a história de Cardim tivesse chegado a um final diferente, o futebol ficaria à margem do grande público. É fato que a popularização do esporte foi muito ajudada pelos jornais, mas não se pode descartar os atrativos particulares do jogo, que, afinal, já serviam para originar as disputas varzeanas entre os entusiastas de fora da elite.

Seja como for, o futebol chegou à imprensa. Mas nem tudo eram flores.

“O problema é que as redações não estavam preparadas para esse novo tema. Quem escrevia nas redações era chamado de ‘noticiarista’, que recebia informações externas e as transformava em notícias. No assunto futebol, dirigentes e sócios dos clubes eram as principais fontes que alimentavam os noticiários. A informação, quando divulgada, tinha de ser feita de maneira objetiva, sem detalhes; bastava dizer qual o jogo, local e resultado, até porque os jornais desse período eram muito ‘pequenos’, com quatro ou cinco páginas, no máximo. O jogo em si não era importante” (RIBEIRO, 2007, p. 25)

André Ribeiro, autor de *Os donos do espetáculo*, um histórico da imprensa esportiva no Brasil fala também na condição do profissional que escrevia os textos esportivos.

“Outro fato curioso é que, nas raríssimas reportagens assinadas, o que se via era normalmente um pseudônimo assumir a autoria do texto. A explicação é simples. As redações eram muito pequenas [...]. Esse mesmo pseudônimo escrevia sobre futebol e também era responsável por outras colunas do jornal” (RIBEIRO, 2007, p. 25)

A imprensa esportiva, portanto, não era composta necessariamente por grandes jornalistas. Era, isso sim, abarrotada de torcedores. Prevalencia a vontade de escrever, já que os incentivos profissionais e financeiros eram poucos. O jornalista Mauricio Stycer foi um dos fundadores do diário *Lance!*, o mais importante jornal esportivo do Brasil hoje, e publicou *História do Lance!: Projeto e prática do*

jornalismo esportivo, em que resgata o processo de criação do jornal e discute a evolução do jornalismo esportivo. Stycer conta:

“Desde o início, [o jornalismo esportivo] foi uma especialidade menos relevante dentro do jornalismo, nitidamente subalterna em relação ao jornalismo político, por exemplo, e atraía profissionais com menos habilidades e ambições que os redatores políticos e/ou literários” (STYCER, 2009, p. 172)

Em seu trabalho, Stycer cita o saudoso colega Adriano Neiva, que fez fama na imprensa esportiva sob o nome De Vaney. Neiva relata, em entrevista:

“As funções não eram fixas nem, muito menos, compensadoramente remuneradas. A maioria dos ‘cronistas’ trabalhava de graça, só para ter o ensejo de escrever em jornal, já que essa era a sua inclinação, e para poder, principalmente, defender o seu clube, porque, naquele tempo, tal como hoje, o ‘cronista’ tinha seu clube preferido, com a diferença que, antes, àquela época, ninguém fazia segredo disso. [...] Não havia especialização. [...] A maneira de pagá-los tinha um quê de burlesco e muito de humilhação” (NEIVA, Adriano *apud* STYCER, 2009, pp. 172-173)⁹⁶

André Ribeiro informa que os principais clubes, percebendo que estava irremediavelmente entrando no noticiário, passaram a nomear, nos jornais, “diretores e sócios como ‘porta-vozes’. Na prática, eles viriam a ser os ‘setoristas’” (RIBEIRO, 2007, p. 49)⁹⁷. A imprensa esportiva abrigava, então, pessoas que viviam o futebol, mas que não exatamente eram homens de imprensa.

É claro que isso ocasionava problemas. Além do clubismo praticado abertamente, outra grande polêmica da época era a rivalidade por vezes desmedida entre os futebolistas do Rio de Janeiro e de São Paulo, os principais centros do esporte, que transbordava para os jornais. A função dos “setoristas” era peculiar.

“Havia uma ‘guerra’ declarada entre a imprensa das duas principais cidades do país. Trocavam xingações e desaforos, principalmente no período em que equipes

⁹⁶ Stycer cita também o escritor Ruy Castro, que disse: “Não fosse pelo lanche que os clubes ofereciam nos dias de treino, alguns desses repórteres morreriam de fome”.

⁹⁷ A função de setorista, hoje, significa o repórter que se especializa em cobrir, exclusiva e diariamente, um só clube. Há setoristas do Flamengo, do Corinthians, do Cruzeiro, do Grêmio, etc.

paulistas e cariocas se enfrentavam. Esses ‘colaboradores’ trabalhavam de graça e eram ‘escalados’ só para elogiar a atuação de seus clubes” (RIBEIRO, 2007, p. 49)

Um dos maiores críticos do amadorismo e despreparo da imprensa esportiva era Thomaz Mazzoni, de quem já falamos brevemente. Pupilo de Cásper Líbero em *A Gazeta* e um dos mais inventivos jornalistas de sua geração, Mazzoni era severo ao repreender colegas por práticas que considerava inadequadas à profissão⁹⁸.

“Se essa imprensa foge de sua missão, se é escandalosa e perniciosa, envenena o ambiente: os jogadores vão a campo mal-intencionados, os ‘torcedores’ ficam de prevenção contra tudo que não seja do seu lado” (MAZZONI, Thomaz *apud* STYCER, 2009, p. 174)

No prefácio de *O Brasil na taça do mundo, 1938*, livro que escreveu sobre a participação brasileira no mundial de 38, Mazzoni alertava:

“Previno os leitores que não me animei a publicar este livro com o intuito de explorar o sensacionalismo, gênero esse, infelizmente, de jornalismo esportivo muito em voga em certa imprensa que de outro modo não teria público e que, no entanto, muito mal faz ao esporte” (MAZZONI, Thomaz *apud* STYCER, 2009, p. 174)

Apesar desse ponto de vista, Thomaz Mazzoni teve fundamental papel em uma tarefa muito pouco objetiva do jornalismo esportivo, como diretor de redação da edição esportiva de *A Gazeta*.

“[V]ai estabelecer um diálogo com o torcedor, de uma forma que a imprensa esportiva de São Paulo ainda não havia feito, buscando torná-lo um leitor fiel do jornal, por meio de inúmeros artifícios e promoções” (STYCER, 2009, p. 66)

Para alcançar este fim, Mazzoni promoverá uma pequena revolução no tratamento dado ao futebol no jornal. Se antes o esporte era relatado com pompa e circunstância e com informações secas e diretas, por falta de espaço, agora seria

⁹⁸ Mazzoni era diferente de seus colegas de ofício não só por ser um jornalista experimentado, mas também por ter grande conhecimento sobre várias modalidades esportivas. Por causa disso, “ganhou dos amigos de trabalho o apelido de ‘Olimpicus’, que o acompanharia pelo resto da vida” (RIBEIRO, 2007, p. 68).

mais aproximado do popular – sem ser vulgar, porém – e mais preocupado com o estímulo à dedicação do torcedor.

“[...]Mazzoni entende que a paixão (pelos clubes, pela seleção) é um dos elementos fundamentais do futebol. Por meio da *Gazeta Esportiva* vai alimentar essa paixão e facilitar a identificação do torcedor com o jornal. Se na primeira década do século os jogadores ainda eram chamados em alguns jornais de ‘senhores’, com nome e sobrenome, na década de 30 eles serão conhecidos, sem restrições, por nomes, apelidos ou diminutivos. Mazzoni vai se encarregar de inventar apelidos para todos os times de São Paulo [...]. Também criou [...] títulos para os confrontos entre os principais times da cidade” (STYCER, 2009, pp. 66-67)

O trabalho de Thomaz Mazzoni em São Paulo seria reproduzido no Rio de Janeiro por aquele que, hoje, dá nome a um dos principais estádios de futebol do planeta: Mário Filho⁹⁹. Nascido em uma família grande (11 irmãos), ele começou a carreira em *A Manhã*, jornal de propriedade do pai, o jornalista pernambucano Mário Rodrigues. *A Manhã* fechou em 1928, mas a família Rodrigues imediatamente iniciou *A Crítica*, no qual Mário foi comandar a seção de esportes e “promoveu mudanças que permaneceriam para sempre na imprensa esportiva brasileira” (RIBEIRO, 2007, p. 68). Introduziu uma linguagem mais leve e vibrante, no lugar do “texto empolado, repleto de maneirismos retóricos e estilo bacharelístico” (STYCER, 2009, p. 75).

Quando o pai morreu, em 1930, e *A Crítica* acabou, Mário Filho foi empregado por um jovem empreendedor da comunicação chamado Roberto Marinho no periódico *O Globo*, onde também assumiu a parte de esportes e implementou suas reformas. Começou a expandir sua carreira em 1931, quando criou seu próprio jornal, *Mundo Esportivo*, que durou menos de um ano¹⁰⁰. Em 1936 adquiriu o já tradicional *Jornal dos Sports*. Nessa fase, tornou-se um grande agitador de multidões.

⁹⁹ O nome oficial atual do Maracanã é Estádio Jornalista Mário Filho, dado após a morte deste, em 1966.

¹⁰⁰ Neste período, entretanto, o jornal foi o responsável por promover o primeiro concurso de escolas de samba do Rio de Janeiro, que foi tão bem-sucedido que, algum tempo depois, seria retomado pela prefeitura municipal, dando origem aos atuais e glamourosos desfiles de Carnaval. (CASTRO, Ruy *apud* STYCER, 2009, p. 78)

“Em *O Globo* e depois no *Jornal dos Sports*, Mario Filho criou uma série de campanhas e concursos buscando estimular a ida dos torcedores aos estádios. A mais famosa, no período, foi a promoção do Fla-Flu, o jogo entre dois dos times mais populares do Rio. Inventou um campeonato de torcidas, no qual os mais criativos eram premiados¹⁰¹. É nessa época que os torcedores começam a ir aos estádios uniformizados, com bandeiras e instrumentos de percussão. No *Jornal dos Sports*, a partir de 1936, criou os Jogos da Primavera (1949), os Jogos Infantis (1950), o Torneio de Pelada no Aterro do Flamengo, sempre estimulando a participação de leitores do jornal em eventos esportivos. Também idealizou o Torneio Rio-São Paulo entre os principais clubes dos dois estados, para preencher o vazio na agenda entre os campeonatos locais e, mais importante, liderou no *Jornal dos Sports* uma campanha pela construção de um estádio de futebol na zona norte do Rio de Janeiro para a brigar a Copa do Mundo, em 1950 [...]” (STYCER, 2009, pp. 78-79)

Pode-se dizer que tanto Thomaz Mazzoni quanto Mário Filho, jornalistas de muitas jornadas, extrapolaram os limites da atividade jornalística em uma época em que já se tentava instaurar uma conduta profissional no ofício? O jornalismo esportivo até hoje é dessa maneira, mesmo depois de já ter atravessado várias etapas de profissionalização. A relação de proximidade com o torcedor/leitor é uma marca de todos os veículos esportivos, considerada absolutamente necessária, mesmo estando presente todo o discurso de isenção e distanciamento. Durante o processo de criação do diário *Lance!*, conta Mauricio Stycer, a ideia sempre presente entre os jornalistas que desenvolveram o projeto era proporcionar uma experiência singular ao leitor. Qual? “A experiência que o jornal estava sendo feito para ele. O *Lance!* deveria ser um ‘jornal do torcedor’. [D]everia ser [...] um lugar para o torcedor encontrar prazer, não sofrimento” (STYCER, 2009, pp. 198-199).

Paulo Vinícius Coelho, jornalista esportivo de uma geração muito mais interessada na informação precisa do que no romantismo, também fala do lugar da paixão em sua área. No livro *Jornalismo esportivo*, defende o rigor da notícia, mas também alerta:

“O jornalista esportivo corre dois grandes riscos. O primeiro [...] é esquecer-se de que a paixão movia seu interesse pela notícia esportiva. [...] O fim da paixão é também

¹⁰¹ Em São Paulo, *A Gazeta* colocou em prática ideia semelhante em 1943.

a derrocada do profissional, já que não enxerga a razão que o fez seguir o caminho do jornalismo” (COELHO, 2008, p. 48)

Thomaz Mazzoni e Mário Filho colocaram seus jornais perto do centro da notícia. Ou, como definiu Marcelino Rodrigues da Silva, citado por Mauricio Stycer, colocaram em funcionamento “um processo de retroalimentação em que a notícia criava interesse pelo jogo, que por sua vez atraía mais leitores para o jornal” (SILVA, Marcelino Rodrigues da *apud* STYCER, 2009, p. 77). Mazzoni e Mário Filho, afinal, eram proprietários de jornais. Amavam o futebol e certamente o exaltavam com gosto, mas também tinham em mente a possibilidade comercial que havia em agir dessa maneira.

A aproximação dos jornais com o torcedor, iniciada por Thomaz Mazzoni e Mário Filho, foi o pilar da crônica esportiva consagrada na primeira metade do século XX. Como já vimos, o cenário da crônica brasileira era dominado por literatos, homens de letras que encontravam nos jornais uma fonte estável de renda e também um veículo para expor seus pensamentos e seu trabalho. Vários deles faziam uso de seus espaços para falar de futebol. Sem, no entanto, o rigor jornalístico. Ora, a crônica, relembremos, é um texto dotado de grande personalidade. É natural que os cronistas mais envolvidos com o futebol escrevessem defendendo suas próprias reflexões sobre o esporte¹⁰². Isso muitas vezes implicava na defesa de um time do coração, ou de um jogador preferido.

Grandes escritores escreviam sobre esporte, como vimos, desde Olavo Bilac. Um exemplo de aproximação em massa entre literatos e futebol foi logo após a Copa de 1958 e o primeiro título mundial brasileiro, quando Mário Cordeiro e José Lívio Dantas coletaram textos testemunhais de vários dos principais nomes da literatura brasileira sobre suas relações com o esporte durante o torneio. Chamada de *Antologia da Copa do Mundo*, a obra reuniu escritos de autores como Rachel de Queiroz, Ferreira Gullar, Tristão de Athayde e Carlos Drummond de Andrade, entre outros. Através dela foi possível saber que Fernando Sabino admirou-se com os

¹⁰² Houve aqueles que tomaram o caminho inverso na mesma estrada, ou seja, que escreveram crônicas sobre futebol, porém críticas. Lima Barreto (“Tudo tem um limite e o futebol não goza do privilégio de cousa inteligente”) e Graciliano Ramos (“Temos esportes em quantidade. Para que metemos o bedelho em coisas estrangeiras? O futebol não pega, tenham a certeza”) foram dois dos principais literatos a se posicionarem contra o futebol. A existência dessas oposições tão ferrenhas prova como o futebol foi discutido e comentado na imprensa brasileira ao longo de sua evolução nestas terras (as declarações são, respectivamente, de 1908 e 1921).

radinhos de pilha, que Manuel Bandeira entrou de cabeça no “delírio coletivo” e que Rubem Braga cumpria rituais metódicos antes das partidas¹⁰³.

Havia casos mais particulares. Já foi citado aqui o escritor Coelho Neto, fã do Fluminense, cujo primeiro hino compôs, em 1915¹⁰⁴. Dois de seus filhos jogaram pelo clube: Emmanuel, o mais velho deles, foi tricampeão carioca em 1917-1918-1919, mas morreu em 1922, aos 24 anos, em consequência de uma contusão sofrida em campo¹⁰⁵ ¹⁰⁶; o mais jovem, João Baptista, mais conhecido como Preguinho, conquistou dois estaduais no futebol e títulos em outras modalidades, como hóquei, natação e basquete¹⁰⁷ ¹⁰⁸.

Outro escritor que deixava transparecer abertamente sua paixão por um clube em seus trabalhos nos jornais era José Lins do Rêgo. Zé Lins era flamenguista dos quatro costados, a ponto de integrar uma “sociedade secreta” de notáveis torcedores do clube: os Dragões Negros.

“Um dia, Diocesano Ferreira Gomes, o velho ‘Dão’, ainda na ativa do jornalismo, com uma trincheira aberta no Correio da Manhã, apareceu na Colombo [...] com uma flâmula chinesa. Havia, nela, um dragão negro, e uns caracteres, chineses, naturalmente. Ninguém pensou em traduzi-los. Estava na cara: era uma flâmula dos Dragões Negros, sociedade secreta da China. E ali mesmo, em volta da mesa onde almoçavam, todos os dias, José Lins do Rêgo, Fadel Fadel, José Maria Scassa, Moreira Leite, Alfredo Curvelo, José Moreira Bastos, o ‘Bastinhos’, incluído o velho ‘Dão’, todos eles se tornaram Dragões Negros. [...] E os copos foram levantados para o juramento que os unia em defesa do Flamengo. – Tudo pelo Flamengo” (FILHO, 2003, p. 259)

O escritor foi dono de um prolífico espaço no *Jornal dos Sports* entre 1945 e 1957, cujo título era *Esporte e Vida*. Foi sua primeira experiência na imprensa esportiva, apesar de já ser um cronista consagrado. Lá descobriu a força do novo campo que estava explorando. Quem relata é Eugenio Brauner, na dissertação de

¹⁰³ RIBEIRO, André, *ibidem*, pp. 167-168

¹⁰⁴ RIBEIRO, André, *ibidem*, p. 49

¹⁰⁵ RIBEIRO, André, *ibidem*, pp. 47-48

¹⁰⁶ Na época do amadorismo os clubes não prestavam cuidados médicos aos jogadores.

¹⁰⁷ RIBEIRO, André, *op. cit.*, p. 48

¹⁰⁸ Preguinho teve também importância nacional no futebol. Foi ele o autor do primeiro gol brasileiro em uma Copa do Mundo, em 1930, contra a Iugoslávia, logo na estreia. No total, Preguinho faria 3 gols naquele torneio e terminaria como primeiro artilheiro do Brasil em um mundial.

pós-graduação *Entre as quatro linhas: Da crônica sobre o futebol ao colunismo esportivo ou da profissionalização do futebol e do cronista*: “O mais importante, no caso, é que José Lins do Rego tem consciência da importância da crônica esportiva, daquilo que a envolve, bem como dos sentimentos – de paixão e de ódio – que ela pode vir a despertar (BRAUNER, 2010, p. 86).

Apesar de ocupar um lugar tão destacado na imprensa, José Lins do Rêgo não hesita um único minuto em professar sua paixão pelo Flamengo. E mais: sustenta que o papel do cronista esportivo não é se ater aos fatos, e que a verdade que interessa é tão somente a sua própria, de cronista e – por que não? – de torcedor.

“José Lins do Rego escreve que tal paixão não irá prejudicar o seu discurso, que não penderá para lados ou cores, mas que será acima, acima de tudo, uma busca pela verdade, que se não for a verdade dos fatos, será a verdade que o cronista tem para consigo mesmo” (BRAUNER, 2010, p. 87)

Brauner ainda defende que o escritor encontrou, no futebol¹⁰⁹, nova vida para sua obra literária:

“Inserido em uma época em que o futebol, no Brasil, atravessa o meio-campo do amadorismo para adentrar na área da profissionalização e, conseqüentemente, consolidar-se como esporte das massas, José Lins do Rego soube utilizar toda essa excitação popular para assuntar em suas crônicas. A paixão que ele nutria pelo futebol fez com que abandonasse o ranço do gabinete e dos chás da Academia para se acomodar, nos batidos degraus das arquibancadas da Gávea, das Laranjeiras ou de General Severiano, ao lado do homem simples – aquele que foi matéria dos seus romances e que era objeto das suas observações” (BRAUNER, 2010, p. 89)

Certamente o maior de todos os torcedores-cronistas da imprensa e do futebol brasileiros foi, assim como Mário Filho, fruto da família Rodrigues: Nelson Rodrigues, “o Pelé da crônica” (BRAUNER, 2010, p. 92). Nelson trabalhou em jornais desde

¹⁰⁹ A ligação de José Lins do Rêgo com o futebol não se limitou a seus escritos. Ele foi o chefe da delegação brasileira na Copa do Mundo de 1954, na Suíça, mesmo posto em que, quatro anos depois, Paulo Machado de Carvalho consagrar-se-ia como o “Marechal da Vitória”. Dentro do âmbito da imprensa, a atuação de Zé Lins teve também uma faceta sórdida. O escritor fez aberta campanha contra o meia Zizinho após a Copa de 1950, mas não pela atuação do jogador – que foi escolhido o craque da Copa –, e sim pela forma pouco amistosa como Zizinho trocou o Flamengo pelo Bangu, no mesmo ano. O meia nunca retornou ao Flamengo – que era seu clube de coração, assim como de Zé Lins – e não foi à Copa de 54.

sempre, ingressando em *A Manhã*, o diário de seu pai, com 13 anos¹¹⁰. Influenciado pelas características da imprensa naqueles tempos (meados dos anos 20), Nelson percebeu que “mais valia uma frase de efeito, um adjetivo raro, uma erudição fácil, do que qualquer coisa que se assemelhasse a empiria, objetividade, denúncia, investigação da vida real” (FISCHER, Luís Augusto *apud* BRAUNER, 2010, p. 92).

Praticamente toda a carreira de Nelson Rodrigues na imprensa aconteceu no rastro de Mário Filho, seu irmão mais velho. Nelson passou por *A Crítica*, *O Globo* e *Jornal dos Sports*, sempre seguindo Mário. Nos primeiros anos trabalhava na crônica policial, e depois migrou para as páginas esportivas. Participou de toda a vida da revista *Manchete Esportiva*, onde publicou seus textos mais famosos. Mas a relação com o futebol já vinha de antes. Nelson Rodrigues sempre foi um fervoroso torcedor do Fluminense, mas não se furtava de falar bem de qualquer time ou jogador que se mostrasse digno de elogios.

Pesando o que disse Luís Augusto Fischer, citado por Eugenio Brauner, é possível entender, racionalmente, de onde Nelson Rodrigues tirou o tratamento épico que deu ao futebol em suas crônicas. Isto é, além da paixão de torcedor, de amante do esporte, e além do bem mais prosaico motivo que era sua miopia, que lhe impedia de assistir às partidas com total clareza e, assim, exigia que seu texto trouxesse mais do que apenas a informação destilada¹¹¹.

Essa miopia, aliás, talvez explicasse a predileção de Nelson por estádios menores, como ele explicou na crônica “Nero Jones”, publicada na revista *Manchete Esportiva* em 1955 e reproduzida na coletânea *A pátria em chuteiras: Novas crônicas de futebol*:

“[O campo pequeno] apresenta vantagens consideráveis: – antes de mais nada, é lírico, aconchegante e cálido como um galinheiro. [...] No Maracanã há entre nós e o jogo uma distância irreduzível. Todas as nossas relações com a partida são modificadas. E, de fato, que espécie de *élan*, de glorioso espasmo, de furiosa adesão podemos ter, se tudo é tão vago, longínquo, utópico? [...] Já no campo pequeno, todos os caminhos estão abertos para a emoção direta e integral” (RODRIGUES, 1994, p. 9)

¹¹⁰ BRAUNER, Eugenio, *op. cit.*, p. 92

¹¹¹ O saudoso Armando Nogueira contava que, quando ia assistir jogos no Maracanã com Nelson Rodrigues, o amigo pegava em seu braço após o apito final e perguntava: “Então, Armando, o que foi que vimos?”.

O mesmo texto traz uma passagem esclarecedora para entendermos o que pensava Nelson Rodrigues sobre seu papel de cronista: “Insisto, amigos: – a distância desumaniza os fatos, retira das criaturas todo o seu conteúdo poético e dramático” (RODRIGUES, 1994, p. 9). Em outra crônica da mesma coletânea, “O passarinho”, comentando o título da seleção brasileira no Pan-Americano de Futebol de 1956 e criticando a cobertura objetiva e direta realizada por seus colegas, Nelson elabora seu pensamento de forma brilhante:

“Quando o Brasil levantou o Pan-Americano, eu só lamentei uma coisa: – que Bilac não estivesse vivo. [...] Outrora, cada acontecimento tinha um Homero à mão, ou um Camões, ou um Dante. Recheado de poesia, entupido de rimas, o fato adquiria uma dimensão nova e emocionante. Ora, faltou, justamente, à vitória gaúcha¹¹², o seu poeta. Os correspondentes brasileiros [...] deviam mandar, de lá, telegramas rimados, ungidos de histerismo cívico. Mas como estamos em crise de Bilacs, o fabuloso triunfo só inspirou mesmo uma pífia correspondência, que nos enche de humilhação patriótica e vergonha profissional” (RODRIGUES, 1994, p. 11)

E ainda, para ser mais incisivo e explícito:

“Vejam vocês em que dá a mania da justiça e da objetividade! Um cronista apaixonado havia de retocar o fato, transfigurá-lo, dramatizá-lo. Daria à estúpida e chata realidade um sopro de fantasia. [...] Em vez disso, os rapazes cingiram-se a uma veracidade parva e abjeta. Ora, o jornalista que tem o culto do fato é profissionalmente um fracassado. Sim, amigos, o fato em si mesmo vale pouco ou nada. O que lhe dá autoridade é o acréscimo da imaginação” (RODRIGUES, 1994, pp. 11-12)

A crônica citada leva o título de “O passarinho” por causa de uma história que Nelson conta para ilustrar o que seria, para ele, “modelo de eficiência profissional”: um repórter foi destacado para noticiar um incêndio, mas, chegando lá, descobre que o fogo havia sido muito fraco e não houvera estrago algum, quanto menos vítimas. Desanimado com seu fato, o repórter inventou, em seu texto, um canário que teria morrido, cantando, no incêndio. A matéria foi um estrondoso sucesso em

¹¹² Naquele torneio, o Brasil foi representado apenas por jogadores que atuavam em clubes do Rio Grande do Sul.

toda cidade. Nelson Rodrigues decreta que isso, sim, é jornalismo competente, e sentencia: “Sem passarinho, não há jornalismo possível”¹¹³.

É apropriado aqui resgatarmos a argumentação dos cronistas portugueses, citados por José Marques de Melo, e também de Afrânio Coutinho, que afirmaram que, para o cronista, os fatos devem ser mero pretexto. É exatamente isso que Nelson Rodrigues expressa. Ele acredita que acontecimentos frios, secos, não constituem material para a crônica – ou mesmo para o jornalismo de uma forma geral. Partindo desse raciocínio, é perceptível que suas crônicas grandiloquentes são fruto, sim, de um incontido espírito de torcedor, mas havia também método por trás daquele estilo. Apenas o jogo de futebol não bastava. Era preciso exaltar times e jogadores, criar símbolos e ídolos.

Nelson Rodrigues foi o primeiro a chamar Pelé de “Rei”¹¹⁴. Inventou para Didi a alcunha de “Príncipe Etíope” e eternizou a elegância do meia¹¹⁵. Captou o sentimento supersticioso da torcida do Botafogo¹¹⁶. Mitificou a camisa do Flamengo¹¹⁷. Defendeu a majestade de Barbosa¹¹⁸. Dentro do mundo do futebol, Nelson sempre se preocupou em alçar os acontecimentos à categoria de epopeias. Dessa forma, dava ao esporte uma dimensão até então insuspeitada.

No último dia de maio de 1958, Nelson Rodrigues publicou sua costumeira crônica na seção *Meu personagem da semana* na *Manchete Esportiva*¹¹⁹. Era o último texto de Nelson antes da estreia do Brasil na Copa do Mundo da Suécia, e o escritor resolveu nomear toda a seleção como personagem da semana. Ele comentou sobre a desconfiança que pairava no país sobre o time (“é ainda a frustração de 50 que funciona”), mas afirmou que não se tratava de total descrédito, e sim medo de que o país se decepcionasse novamente.

“Mas o que nos trava é o seguinte: – o pânico de uma nova e irremediável desilusão. E guardamos, para nós mesmos, qualquer esperança. Só imagino uma

¹¹³ RODRIGUES, Nelson. A pátria em chuteiras: Novas crônicas de futebol. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 12.

¹¹⁴ Coluna *Meu personagem da semana* da revista *Manchete Esportiva*, 08/03/1958.

¹¹⁵ *Didi de Miguel Ângelo*, na revista *Manchete Esportiva*, 04/04/1959.

¹¹⁶ *Sofrer pelo Botafogo*, na revista *Manchete Esportiva*, 04/08/1956.

¹¹⁷ *Flamengo sessentão*, na revista *Manchete Esportiva*, 26/11/1955, e *A camisa*, na revista *Manchete Esportiva*, 15/03/1958.

¹¹⁸ *A eternidade de Barbosa*, na revista *Manchete Esportiva*, 30/05/1959.

¹¹⁹ RODRIGUES, Nelson. À sombra das chuteiras imortais: Crônicas de futebol. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 51

coisa: – se o Brasil vence na Suécia, se volta campeão do mundo! Ah, a fé que escondemos, a fé que negamos, rebentaria todas as comportas e 60 milhões de brasileiros iam acabar no hospício” (RODRIGUES, 1996, p. 51)

Esse sentimento reticente, de excessiva inferioridade e humildade diante de qualquer estrangeiro, em qualquer contexto (não apenas no futebol), Nelson chamou de “complexo de vira-latas”. Era a representação que caía como uma luva para um país que, na segunda metade dos anos 50, buscava o caminho do crescimento desde sempre prometido e aguardado. O problema, de repente, não era mais a capacidade do Brasil, mas sim a atitude. Em várias passagens Nelson usava a figura do “cretino fundamental”, que ele mesmo criou: uma cutucada em colegas de imprensa que apontavam falhas e defeitos na seleção e sugeriam que o futebol brasileiro talvez não fosse o melhor do mundo. Assim, com esse nacionalismo exacerbado¹²⁰, pode-se dizer que Nelson Rodrigues, entre os cronistas esportivos, escreveu a crônica definitiva, em matéria de adequação ao gênero: traçou, através do futebol, o retrato de sua época, irrestritamente amarrado a ela. Crônica e futebol deram-se as mãos de forma sublime – aquela alçando este à condição de elemento constitutivo da identidade nacional e este orientando aquela em sua função maior, que é a tradução dos significados sociais do tempo.

Thomaz Mazzoni e Mário Filho perceberam que sem apelar para o torcedor não se faria jornalismo esportivo de qualidade, e empregaram uma mentalidade empresarial nesse novo conceito. José Lins do Rêgo e Nelson Rodrigues chegaram à mesma conclusão e exploraram o futebol com romantismo e dotes literários. Para a imprensa esportiva deles, e de tantos outros, era tudo uma questão de favorecer o espetáculo e atingir aqueles que o fazem criar vida própria.

¹²⁰ Esse nacionalismo exacerbado não deve ser visto como ufanismo. Nas palavras de Eugenio Brauner: “[É] mais uma problematização da condição de brasilidade do que uma valorização propriamente dita” (BRAUNER, 2010, p. 98)

Conclusão – A preciosa imprecisão

Como se diz que é preciso um pouco de tudo para fazer um mundo, todos estes “marginais da imprensa”, por assim dizer, têm o seu papel a cumprir
 –Vinicius de Moraes, “O exercício da crônica”

Por mais esteticamente belas que fossem as crônicas de Nelson Rodrigues, elas às vezes passavam ao largo dos fatos. Claro, como já discutimos aqui, o próprio Nelson não parecia se importar com esse tipo de inconveniente. Mas é preciso, ao falar de jornalismo, chamar a atenção para isso. Falando para João Moreira Salles na revista *Piauí*, o jornalista Paulo Vinícius Coelho resume assim:

“Eu gosto do 'romance' do futebol, mas não é informação. Nelson Rodrigues escreve sobre as 120 mil almas do Monumental de Nuñez¹²¹ no dia do Brasil x Argentina. É bonito, só que não havia 120 mil almas, porque no Monumental nunca houve espaço para 120 mil almas”¹²²

Não que Coelho esteja desprezando Nelson Rodrigues. Como ele mencionou, o “romance” lhe agrada, mas cada coisa em seu lugar e em sua hora. Isso porque ele, conforme define João Moreira Salles, “é a figura de proa de uma nova geração de comentaristas que está mudando a forma de analisar o esporte. Para essa turma, gente nascida no final dos anos 60 ou início dos 70, os fatos valem mais do que a exaltação dos afetos”¹²³. Coelho apontou: “É impossível ler Nelson Rodrigues sem dar-se conta da imprecisão de seus relatos de jogos” (COELHO, 2008, p. 18)

O jornalismo brasileiro como um todo iniciou um irreversível processo de modernização a partir da metade do século XX, e o jornalismo esportivo não poderia ficar à parte. Ao abrir as páginas esportivas hoje em dia, é possível deparar-se, por exemplo, com as extensas estatísticas adotadas pela *Folha de S. Paulo* em suas coberturas e análises. Ou então com os diversos “campinhos” espalhados pelo *Lance!* para demonstrar a organização tática dos times. Ao ligar a televisão ou o rádio, especialistas falam com propriedade e seriedade sobre contratações e

¹²¹ Estádio do River Plate em Buenos Aires, frequentemente usado pela seleção argentina.

¹²² COELHO, Paulo Vinicius *apud* SALLES, João Moreira. A alegria são 61 telefonemas. In: Revista *Piauí*, fevereiro de 2008

¹²³ SALLES, João Moreira. A alegria são 61 telefonemas. In: Revista *Piauí*, fevereiro de 2008

resultados e seus impactos imediatos. Na internet, sites disponibilizam resultados a todo momento por todo o planeta e softwares contabilizam chutes a gol, desarmes, distâncias percorridas pelos jogadores e faltas cometidas em tempo real. É a era da informação. Nelson Rodrigues não teria a menor chance.

Ou será que teria? O próprio Paulo Vinícius Coelho sugere que, às vezes, a cobertura de futebol atual poderia fazer uso de, como diria o cronista, “um sopro de fantasia”.

“A imprecisão diminuiu bastante nas páginas dos anos 70 em diante, graças ao compromisso da imprensa de contar a verdade. O que exclui o mito. O resultado é, muitas vezes, uma crônica tão desprovida de paixão que é capaz de jogar na vala comum atletas que certamente já merecem lugar na história. Gente como Rivaldo, Ronaldo, Romário, Bebeto, Dunga. Gente que deu ao país o quarto e o quinto título mundial [sic], e que jamais foi tratada com a reverência dedicada aos campeões de 1958, 1962 e 1970. [...] Nos relatos sobre o tetra e sobre o pentacampeonato faltou a dramaticidade que sobrava nas coberturas das campanhas de 1958, 1962 e 1970. Talvez tenha faltado simplesmente Nelson Rodrigues. A noção de realidade que o jornalismo esportivo carrega nos tempos atuais torna a cobertura esportiva tão brilhante quanto qualquer outra no jornalismo. O ponto-chave é que, muitas vezes, tal cobertura exige mais do que noção da realidade” (COELHO, 2008, pp. 18-22)

Eugênio Brauner é mais ácido:

“Assim, à crônica fica reservado o espaço da subjetividade, da opinião assinada, assumida por alguém autorizado a dá-la e com respeitabilidade de ser lido e considerado. Perdemos a dimensão estética para ganharmos dimensão jornalística. Julga-se o cronista por sua qualidade técnica, por sua capacidade de análise, por sua perspicácia, forçando o debate, pela ética jornalística do compromisso com a verdade, se é que existe uma” (BRAUNER, 2010, p. 116)

O jornalismo esportivo – particularmente o jornalismo de futebol, que é o assunto deste trabalho – não deve esquecer que é jornalismo, claro, mas a questão não é essa. Ele não esquece. Tanto é assim que a informação esportiva hoje fornecida pela mídia especializada é detalhada, minuciosa e procurando fugir da imprecisão.

O perigo também reside do outro lado: em não fazer jus ao seu próprio tema. No caso do jornalismo esportivo – de futebol –, isso significaria não compreender a dimensão direta que o esporte bretão possui para tantos milhões de pessoas¹²⁴. Essa dimensão é medida em fatos – gols, vitórias, títulos, história – e também em devoção, que é, por natureza, subjetiva e pessoal, e nem sempre completamente condizente com os fatos.

Como questiona Paulo Vinícius Coelho, talvez o abandono da imprecisão por parte do jornalismo esportivo não tenha sido de todo razoável, apesar de ser o mais adequado para o jornalismo que queremos hoje. Essa, no fim das contas, é uma discussão muito além do que este trabalho se propôs a investigar. A questão aqui é a seguinte: por que, em um determinado período da sua história, a imprensa esportiva brasileira, por meio da crônica, abrigou, de bom grado, a imprecisão? E que consequências isso trouxe, tanto para a imprensa quanto para o esporte?

A crônica é imprecisa. A construção de uma crônica é baseada em informação, mas apenas como ponto de partida para uma digressão particular, voltada para o estilo e para a reflexão. A crônica pressupõe envolvimento e proximidade, e nem sempre se espera um panorama jornalístico por trás da pessoa que a escreve. Se, mesmo assim, a crônica mantém sua classificação como gênero opinativo do jornalismo, significa que ela é imprecisa porque ela tem espaço para ser. Se, com essas características, ela mantém sua popularidade e continua sendo admirada por leitores regulares de jornais, acostumados à imprensa modernizada, significa que ela é imprecisa porque se exige que ela seja.

O futebol é impreciso. É o esporte coletivo com maior incidência de triunfos do menor sobre o maior, e onde o acaso e a sorte encontram espaço para se manifestar de forma mais decisiva, sem o perigo de suas influências acabarem diluídas em uma pontuação alta. É o esporte em que tanto pode brilhar o jogador alto, forte e dinâmico quanto o baixo, frágil e cerebral. É o esporte em que o entendimento das regras, fácil de ser alcançado, não leva necessariamente ao entendimento do jogo.

É notável como tanto a crônica brasileira quanto o futebol brasileiro seguiram caminhos parecidos em seu desenvolvimento: partiram de uma origem aristocrática e voltada para a elite para encontrarem-se com o “povão” e com a verdadeira

¹²⁴ <http://www.efdeportes.com/efd143/lesoes-no-futebol-uma-revisao.htm>

realidade nacional e “abrasileirarem-se” definitivamente. Para completar, ambos seguiram essas trajetórias de forma praticamente contemporânea até o ponto em que se uniram.

Talvez seja exagerado afirmar que, a partir desse encontro, um tenha responsabilidade direta sobre a evolução do outro. Porém, como no caso do texto de Nelson Rodrigues sobre o “complexo de vira-lata”, é inegável que as características de um e de outro se combinaram muito bem. E também é inegável que se ajudaram mutuamente.

A crônica teve, no futebol, seu grande tema. Para um gênero dedicado a explorar o grande cotidiano nacional, seria inconcebível ignorar a grande atividade social e cultural que o futebol se tornou no Brasil. Pode-se argumentar que foi uma aproximação natural, que o futebol, como passatempo da população que era, inevitavelmente entraria no radar da crônica mais cedo ou mais tarde. Por esse raciocínio, dir-se-ia que o futebol não conquistou seu espaço na crônica, foi a crônica que englobou o futebol em sua gama de assuntos. De fato, mas e o que dizer da mudança de abordagem dos textos, que gradativamente abandonaram os “grã-finos” da audiência em favor do torcedor comum de arquibancada e trocaram os relatos frios dos jogos por construções elaboradas sobre craques, times e emoções? O futebol, com sua narrativa intrínseca¹²⁵, providenciava personagens e histórias. Os grandes cronistas esportivos foram aqueles que souberam elaborar esses personagens e contar essas histórias.

O futebol teve, na crônica, seu grande veículo. A difusão do esporte para as outras camadas sociais foi uma inevitabilidade, mas o papel da crônica não se restringiu à mera divulgação. A história do futebol brasileiro foi uma construção esportiva, social e cultural, mas toda a, por assim dizer, “aura”, toda a mística, toda a mitologia até, isso foi graças aos cronistas. Antes havia notificações de jogos e resultados, com breves descrições. Quando a crônica descobriu o potencial do futebol para despertar paixão e comoção, aqueles mesmos jogos que antes tinham um ar burocrático tornaram-se repletos de um significado maior. É evidente que o potencial para essa paixão sempre esteve no esporte, mas a crônica soube trabalhá-la de forma a engrandecê-la a proporções épicas, em alguns casos, estabelecendo

¹²⁵ GOLDBLATT, David, *op. cit.*, p. xi

um charme que ficou para sempre gravado nos textos e sustenta-se até hoje. Exatamente o que uma boa crônica deve ser capaz de fazer.

O fato de a crônica esportiva brasileira ter sido tão prolífica não se deve apenas a essa confortável combinação entre tema e veículo. O Brasil foi o país onde tanto a crônica quanto o futebol encontraram uma boa acolhida. A crônica chegou a nossa imprensa no momento certo e desenvolveu-se em direção a um formato que não encontra paralelo no jornalismo mundial hoje. O futebol depositou-se no nosso inconsciente coletivo e incorporou nossas práticas culturais de uma maneira tão profunda que não é à toa que somos conhecidos como “o país do futebol” – não é só por causa dos cinco títulos mundiais e incontáveis craques produzidos; é principalmente pela forma quase umbilical como o povo brasileiro se relaciona com o esporte, às vezes sem se dar conta¹²⁶.

Levando tudo isso em consideração, é fácil, agora, perceber que Nelson Rodrigues não era apenas um tricolor apaixonado rabiscando palavras ardorosas em alguns centímetros de jornal. Ele tinha perfeita noção de que aquilo que estava fazendo era o que deveria ser feito. Testemunho disso é que, décadas depois de sua morte, em um cenário jornalístico transformado, um profissional de princípios diametralmente opostos, porém semelhante devoção ao futebol, reconhece a fórmula como legítima e, mais ainda, ideal. A fórmula da imprecisão.

Essa fórmula não poderia ser responsável por dar o tom do jornalismo esportivo atual como um todo, mas é certo que o resguardo de sua presença nesse campo da atividade jornalística jamais caracterizou um desserviço a quem se prestou, isto é: ao futebol e a seus espectadores. E se hoje a cobertura de futebol é tão profissional quanto qualquer outra, em parte isso se deve a uma preciosa imprecisão que, certa vez, ajudou a alavancar tanto o futebol quanto a atividade de escrever sobre ele.

¹²⁶ A leitura de *Futebol: O Brasil em campo*, do inglês Alex Bellos, proporciona uma visão externa ideal para entender essa afirmação.

Bibliografia

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007

BARRETO, Francismar Ramírez. *Apontamentos para uma revisão conceitual da crônica contemporânea: O espírito dos anos 70 nas crônicas de Carlos Drummond de Andrade, Paulo Mendes Campos e Fernando Sabino*. Brasília: Universidade de Brasília, 2007

BELLOS, Alex. *Futebol: O Brasil em campo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003

BOTELHO, André Ricardo Maciel. *Da geral à tribuna, da redação ao espetáculo: A imprensa esportiva e a popularização do futebol (1900-1920)*. In: SANTOS, Francisco Carlos Teixeira dos e SANTOS, Ricardo Pinto dos (org.). *Memória social dos esportes – Futebol e política: A construção de uma identidade nacional*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2006

BRAUNER, Eugenio. *Entre as quatro linhas: Da crônica sobre o futebol ao colonismo esportivo ou da profissionalização do futebol e do cronista*. Porto Alegre: UFRGS, 2010

BUENO, Eduardo. *Brasil: Uma história – Cinco séculos de um país em construção*. São Paulo: Leya, 2010

CALDAS, Waldenyr. *O pontapé inicial: Memória do futebol brasileiro*. São Paulo: IBRASA, 1990

CÂNDIDO, Antônio. *A vida ao rés-do-chão*. In: *Para gostar de ler – Volume 5 – Crônicas*. São Paulo: Ática, 1995

COELHO, Paulo Vinícius. *Bola fora: A história do êxodo do futebol brasileiro*. São Paulo: Panda Books, 2009

COELHO, Paulo Vinicius. *Jornalismo esportivo*. São Paulo: Contexto, 2008

COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil – Volume VI*. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1971

CREPALDI, Daniel Damasceno. *A participação da Rádio Nacional na difusão do futebol no Brasil nas décadas de 1930 e 40*. Brasília: Universidade de Brasília, 2009

FILHO, Mário. *O negro no futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2003

FRANZINI, Fabio. *A futura paixão nacional: chega o futebol*. In: DEL PRIORE, Mary e MELO, Victor Andrade de (org.). *História do esporte no Brasil: Do Império aos dias atuais*. São Paulo: UNESP, 2009

GOLDBLATT, David. *The Ball is round: A global history of football*. Londres: Penguin Books, 2007

GUTERMAN, Marcos. *O futebol explica o Brasil: Uma história da maior expressão popular do país*. São Paulo: Contexto, 2009

Lancepédia: A enciclopédia do futebol brasileiro. Rio de Janeiro: LANCE! Publicações, 2009

LUCENA, Ricardo de Figueiredo. *O esporte na cidade: Aspectos do esforço civilizador brasileiro*. Campinas: Autores Associados, 2001

MARTINS, Luís. *Suplemento literário*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1972

MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1994

RIBAS, Lycio Vellozo. *O mundo das Copas*. São Paulo: Lua de Papel, 2010

RIBEIRO, André. *Os donos do espetáculo: Histórias da imprensa esportiva no Brasil*. São Paulo: Terceiro Nome, 2007

RODRIGUES, Nelson. *A pátria em chuteiras: Novas crônicas de futebol*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

RODRIGUES, Nelson. *À sombra das chuteiras imortais: Crônicas de futebol*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

SALLES, João Moreira. *A alegria são 61 telefonemas*. Piauí, São Paulo: Alvinegra, ano 3, nº17, pp. 26-31, fev. 2008

SANDER, Roberto. *Anos 40: Viagem à década sem Copa*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966

STYCER, Mauricio. *História do Lance!: Projeto e prática do jornalismo esportivo*. São Paulo: Alameda, 2009